

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 027

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 03 DE ABRIL DE 2000

ANO XXVI

Mesa Diretora

NELSON JUSTUS

Presidente - PTB

CAÍTO QUINTANA

1º Vice-Presidente - PMDB

JOSÉ MARIA FERREIRA

2º Vice-Presidente - PSDB

NELSON GARCIA

3º Vice-Presidente - PFL

HERMAS BRANDÃO

1º Secretário - PTB

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Secretário - PPB

RENATO GAUCHO

3º Secretário - PSDB

ÂNGELO VANHONI

4º Secretário - PT

LUIZ CARLOS ZUK

5º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>Líder Oposição</i>	<i>Irineu Colombo</i>
<i>PTB</i>	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Ângelo Vanhoni</i>
<i>PDT</i>	<i>Edgar Bueno</i>
<i>PSDB</i>	<i>Antonio Carlos Baratter</i>
<i>PSB</i>	<i>Ricardo Maia</i>
<i>PSL</i>	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i>	<i>Divanir Braz Palma</i>

Representação Partidária

PTB - 11: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PFL - 08: Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Isfer (licenciado) - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PSDB - 08: Albanor Gomes - Antonio Baratter - Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro (licenciado) - Renato Gaucho - Serafina Carrilho - Sérgio Spada; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PSL - 03: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Edno Guimarães; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PSB - 02: Antonio Carlos Belinati - Ricardo Maia; PL - 01: Pastor Edson Praczyk; PSC 01: Miltinho Puppio.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 022ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
03 DE ABRIL DE 2000**

(segunda-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Ângelo Vanhoni e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaucho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Albanor Gomes, Algaci Tulio, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beraldin, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Irineu Colombo, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Miltinho Puppio, Moysés Leônidas, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofício:

OFÍCIO Nº 01/SS/G

Curitiba, 21.03.2000.

Senhor Presidente.

Ao cumprimentá-lo respeitosamente, comunico a Vossa Senhoria que estou retornando as

atividades parlamentares, no dia 28 do corrente mês.

Sem mais para o momento, agradeço a atenção.

Sala das Sessões, em 03.04.2000.

(a) SÉRGIO SPADA

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 411

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, adiamento de votação, por 10 sessões, do Projeto de Lei nº 324/99, de sua autoria, que “altera a redação do artigo 1º, *caput*, da Lei Estadual nº 11.500, de 05 de agosto de 1996”.

Sala das Sessões, em 03.04.2000.

(a) RICARDO MAIA

REQUERIMENTO Nº 400

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, licença para tratamento de saúde, pelo período de 125 (cento e vinte e cinco) dias, conforme atestado em anexo.

Sala das Sessões, em 03.04.2000.

(a) LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO

Coordenadoria Médica

Laudo Médico nº 007/2000

Aos vinte e oito dias do mês de março de 2000, a Junta Médica infra-assinada, tendo procedido à inspeção de saúde em Luiz Fernandes da Silva Litro, concluiu achar-se o mesmo com C.I.D. 535.5/4, (diagnóstico de acordo com a nomenclatura internacional de doenças e causas de morte).

Tendo-lhe sido concedido afastamento de 125 (cento e vinte e cinco dias) de licença, para tratamento a partir de 28/03/2000 - término dia 31/07/2000.

(aa) Dr. Rogério Augusto C. Scheibe

CRM-PR 5638

Coordenador Médico - Odontológico

Dr. Cesar Augusto Cornel

RG 177.615-7 FCMR

CRM/PR 8954

REQUERIMENTO Nº 405

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário que seja marcada uma Sessão Extraordinária para a entrega de título de Cidadão ao senhor Airton Cornelsen, no dia 01 de junho de 2000.

Sala das Sessões, em 03.04.2000.

(a) BERALDIN

REQUERIMENTO Nº 394

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de voto de pesar, para a família da senhora Juliana Correa Belafronte, falecida no último dia 27 de março, no município de Cianorte.

Sala das Sessões, em 03.04.2000.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 397

Senhor Presidente.

O deputado Ricardo Chab que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, votos de profundo pesar pelo falecimento de João Cândido de Oliveira Júnior, aos 32 anos de idade, ocorrido no dia 09.03.2000, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 03.04.2000.

(a) RICARDO CHAB

JUSTIFICATIVA:

Faleceu aos 32 anos de idade, nesta Capital, nascido em Curitiba em 29.02.1968, no Hospital Vítor do Amaral, filho de João Cândido de Oliveira Netto e Nylcéia Cordeiro de Oliveira.

Casado com Jurema de Oliveira Rocha e Oliveira, deixou uma filha: Giulia Cândido de Oliveira, pai, esposo, tendo uma vida dedicada a família e a sua profissão, onde gozava de grande respeito e carinho por todos.

Bacharel em Administração, formado pela Faculdade Paranaense de Administração - 1996 a 1999, foi escolhido por unanimidade como orador da turma dos formandos.

Iniciou sua carreira com 14 anos de idade nesta Assembléia Legislativa, como assessor parlamentar, do ex-deputado Luis Alberto Martins de Oliveira, participou em 1988 da elaboração da Constituição Federal, como assessor interestadual, em 1990 passa a assessorar o deputado Duílio Genari, em 1992, assume a chefia do escritório parlamentar do ex-deputado federal Moacir Micheletto na Câmara dos Deputados em Brasília e em 1995, juntamente com seu pai, abre um escritório de assessoria a este deputado e ao vereador Luis Ernesto, na Rádio Cidade, ao vereador Ailton Araújo, junto à Câmara Municipal de Curitiba.

Seus conhecimentos previdenciários se propagaram por todo o território nacional, alcançando Via Internet a todas as regiões brasileiras, prestando serviços, esclarecimentos, dando palestras e treinamentos.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste parlamentar, cumpre o dever de associar-se à dor que abala a família de João Cândido de Oliveira Júnior, enviando votos de profundo pesar para a senhora Jurema de Oliveira Rocha e Oliveira, residente à Rua João Havro, nº 1.941, Boa Vista, 82.560-02-, Curitiba-PR e para o senhor João Cândido de Oliveira Neto, residente à

Rua Ver. Constante Pinto, nº 75, Ap. 60, Bacacheri, 82510-240, Curitiba-PR.

REQUERIMENTO Nº 434

Senhor Presidente.

O deputado estadual que assina o presente requerimento, usando de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após a anuência do Plenário, que seja consignado na Ata Plenária desta data, votos de profundo pesar pelo falecimento da senhora Blondina Petri Port, que ocorreu no último dia 27 de março, na cidade de Marechal Cândido Rondon.

O passamento da senhora Blondina Petri Port, com a idade de 90 anos, comoveu muito seus familiares, bem como seu largo círculo de amizade, por ter sido uma pessoa cheia de bondade, e querida por todos.

Nascida na cidade de São Sebastião do Caí, RS, no dia 14 de setembro de 1909, Blondina casou-se em 1929 com Armino Port, (também já falecido) de cujo matrimônio nasceram seis filhos.

Mudando-se em 1934 para a cidade de Joaçaba, SC, o casal permanece aí residente até 1958, quando então a família se transfere para Marechal Cândido Rondon. Nessa nova região, a descendência do casal Armino e Blondina Port foi e continua sendo grande co-artífice do crescimento e do progresso da querida cidade de Marechal Cândido Rondon, participando ativamente da geração de riquezas e dos benefícios para toda a comunidade.

Caso aprovado, o que se pede, é requerido também que seja dada ciência à família enlutada, na pessoa do vereador Valdir Port, junto a Câmara Municipal de Marechal Cândido Rondon, CEP 85960-000, Paraná.

Sala das Sessões, em 03.04.2000.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 401

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações a Assuinoeste - Associação de Suinocultores do Oeste do Paraná, alusivos a realização da Jornada Mercosul de Sanidade Suína, que ocorrerá no próximo dia 31 de março.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao presidente daquela associação, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Piratini, 1096, CEP 85901-080, Toledo-Paraná.

Sala das Sessões, em 03.04.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 409

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da

sessão de hoje, voto de congratulações ao Colégio Estadual do Paraná, alusivos aos seus 154 anos de fundação, comemorados em 29 de março do corrente.

Requer ainda que do presente se dê ciência a diretora senhora Adélia Dias Castelan Ribeiro, através de correspondência a ser encaminhada a Av. João Gualberto, 250, CEP 80030-000, Curitiba - Paraná.

Sala das Sessões, em 03.04.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 410

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da sessão de hoje, voto de congratulações a escritora Maria Tarcisa Silva Bêga, alusivos ao lançamento do livro “Os Jovens de Curitiba”, que ocorrerá no próximo dia 31 de março.

Requer ainda que do presente se dê ciência a homenageada, através de correspondência a ser encaminhada à Rua José Fiori, 155, CEP 82120-010, Curitiba-Paraná.

Sala das Sessões, em 03.04.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 422

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações a escritora Maria Lúcia Victor Barbosa, alusivos ao lançamento do livro “A Colheita da Vida - Resgate Histórico da Sociedade Rural do Paraná”, que ocorrerá no próximo dia 11 de abril.

Requer ainda que do presente se dê ciência a homenageada, através de correspondência a ser encaminhada a Rua Osório Duque Estrada, 64, CEP 86061-200, Londrina-Paraná.

Sala das Sessões, em 03.04.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 423

Senhor Presidente.

Conforme o disposto no artigo 132, § 1º, inciso III, do Regimento Interno, o adiante nominado, deputado com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa, a inserção na Ata dos trabalhos desta sessão ordinária de voto de congratulações aos atletas da equipe infantil de futebol Verdy Kawasaki, que representaram o Brasil, no Japão, Edson Pedro Almeida Filho e Stanley Pichieri Afonso, residentes em Sertãoópolis.

Mais uma vez nosso país é representado por brilhantes jogadores, revelados através do time do Nichika de Londrina, que conquistaram dois amistosos contra as equipes escolares japonesas, garantindo a participação dos mesmos na equipe japonesa durante o ano.

O talento desses paranaenses deve ser prestigiado, pois demonstra a vitória das nossas novas gerações.

Requer-se, outrossim, seja dado ciência aos integrantes da equipe, externando os votos de congratulações desta Assembléia Legislativa nos seguintes endereços: Edson Pedro Almeida Filho, na Rua Mariano Rizato, 64, Sertãoópolis/PR, e Stanley Pichieri Afonso, na Rua Rio de Janeiro, 920, Sertãoópolis/PR.

Sala das Sessões, em 03.04.2000.

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

REQUERIMENTO Nº 424

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de congratulações, pela realização da 40ª Exposição Agropecuária e Industrial de Londrina, de 06 a 16 de abril.

Requer, ainda, seja dado ciência aos senhores Francisco Luiz Prando Galli, presidente da Sociedade Rural do Paraná e Antonio Casemiro Belinati, prefeito municipal.

Sala das Sessões, em 03.04.2000.

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

JUSTIFICATIVA:

Durante a realização dessa exposição, Londrina se transforma na capital brasileira do agronegócio.

Criadores de todo o Brasil e exterior fazem da Exposição Agropecuária e Industrial a mais completa em demonstração e comercialização de animais, com a apresentação de mais de 30 diferentes raças de bovinos, equinos, ovinos, suínos, além de aves e cães estarão expostos.

O agronegócio representa 40% do Produto Interno (PIB) brasileiro, sendo que o Paraná é um dos baluartes do agronegócio no país. Isto significa que o setor da agropecuária não só está atingindo sua meta básica em fornecer alimento para as populações, como também gerando renda e trabalho.

A cidade de Londrina vem realizando essa Exposição há vários anos, com o objetivo de demonstrar aos mais importantes setores do agronegócio as novidades e técnicas de produção, e tudo que existe de mais avançado na tecnologia animal.

Enaltecemos o trabalho da Sociedade Rural de Londrina, cuja dinâmica imprime ao evento destaque internacional, motivo pelo qual é fundamental promover este reconhecimento da Assembléia Legislativa.

REQUERIMENTO Nº 425

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos e voto de congratulações à Rádio Banda B pela liderança da audiência e pelo relevante serviço prestado à comunidade.

Sala das Sessões, em 03.04.2000.

(a) BETO RICHÁ

JUSTIFICATIVA:

Considerada um fenômeno de audiência em Curitiba, a Rádio Banda B já está com o seu desempenho atestado por recentes pesquisas junto ao público. Sob o controle do comunicador e integrantes desta Casa de Leis, deputado Luiz Carlos Martins, a Banda B cresceu e o sucesso se deve a uma programação voltada aos interesses do ouvinte.

A proposta colocada em prática pela equipe de funcionários e direção revela que a fórmula de uma programação voltada aos interesses do ouvinte-cidadão foi a melhor escolha. A cada dia, a Rádio Banda B se estabelece como um dos fóruns de discussão dos problemas e soluções para Curitiba e Região Metropolitana.

Através desta justa homenagem, estaremos incentivando a continuidade da programação que hoje chega à grande parcela das famílias curitubanas.

REQUERIMENTO Nº 426

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos de voto de congratulações à Rádio CBN - Central Brasileira de Notícias pela passagem do 5º Aniversário, sempre prestando relevantes serviços à comunidade e com total liderança em seu segmento.

Requer ainda que a decisão do Plenário seja comunicada à direção da emissora, através do diretor geral, Eli João Tomáz de Aquino, e do diretor de jornalismo José Willy, à Rua Oyapock, 649, bairro Cristo Rei, CEP 80050-450, Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 03.04.2000.

(a) BETO RICHA

JUSTIFICATIVA:

Há cinco, a Rádio CBN - “A rádio que toca notícia” - vem se tornando um fenômeno de audiência em todo o país, e no Paraná não poderia ser diferente. A pioneira no Estado, a CBN - Curitiba não precisou de muito tempo para se tornar hábito entre aqueles que desejam estar antenados com o que “acontece no Brasil e no mundo”.

A proposta colocada em prática pela equipe de funcionários e direção revela que a fórmula de uma programação voltada aos interesses do ouvinte-cidadão, com o que há de melhor na imprensa paranaense, foi a melhor escolha. A cada dia, a CBN-Curitiba, solidifica sua audiência e se transforma num fórum de discussão dos problemas e soluções para Curitiba e Região Metropolitana, além das questões que afetam a todos os brasileiros.

Através desta justa homenagem, no momento em que a CBN-Curitiba comemora 5 anos de atividade, estaremos incentivando a continuidade da programação que hoje chega à significativa parcela das famílias curitubanas e nos torna cidadãos mais informados e conscientes de nossos deveres e direitos.

REQUERIMENTO Nº 427

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos de voto de congratulações ao Jornal Folha do Boqueirão pela liderança em seu segmento e pelo relevante serviço prestado à comunidade.

Requer ainda que a decisão do plenário seja comunicada à direção do jornal, através do diretor geral, Francisco Garcez, à Rua Maria Assumpção, 3867, bairro Boqueirão, CEP 81.670.040, Curitiba, Paraná.

Sala das Sessões, em 03.04.2000.

(a) BETO RICHA

JUSTIFICATIVA:

Considerado um dos importantes veículos de comunicação do bairro, o Jornal Folha do Boqueirão já está com o seu desempenho atestado por recentes pesquisas junto ao público leitor. Sob o controle do empresário da comunicação, Francisco Garcez, a Folha do Boqueirão cresceu e o sucesso se deve a uma iniciativa moderna e segmentada que privilegia os interesses da população do bairro, transformando o jornal em seu legítimo porta-voz.

A proposta colocada em prática pela equipe de funcionários e direção revela que a fórmula de uma linha editorial voltada aos interesses do leitor-cidadão foi a melhor escolha. A cada dia, a Folha do Boqueirão se estabelece como um dos fóruns de discussão dos problemas e soluções para o bairro e consequentemente, para Curitiba.

Através desta justa homenagem, estaremos incentivando a continuidade de um importante trabalho editorial que hoje chega à grande parcela das famílias curitubanas.

REQUERIMENTO Nº 428

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos de voto de congratulações ao Jornal Folha do Boa Vista pela liderança em seu segmento e pelo relevante serviço prestado à comunidade.

Requer ainda a decisão do plenário seja comunicada à direção do jornal, através do diretora geral, Rosâni de Souza Alba, do editor, jornalista Amarildo Alba, e do responsável pelas reportagens, Mário Akira, à Rua Guilherme Ihlenfeldt, 1081, sala 23, bairro Boa Vista, CEP 82620-030, Curitiba, Paraná.

Sala das Sessões, em 03.04.2000.

(a) BETO RICHA

JUSTIFICATIVA:

Considerado um dos importantes veículos de comunicação do bairro, o Jornal do Boa Vista se estabelece devido à iniciativa moderna de seus mentores, que privilegia os interesses da população do bairro, transformando o jornal em seu legítimo porta-voz.

A proposta colocada em prática pela equipe de funcionários e direção revela que a fórmula de uma linha editorial voltada aos interesses do leitor-cidadão foi a melhor escolha. A cada dia, o jornal do Boa Vista se estabelece

como um dos fóruns de discussão dos problemas e soluções para o bairro e conseqüentemente, para Curitiba.

Através desta justa homenagem, estaremos incentivando a continuidade de um importante trabalho editorial que hoje chega à grande parcela das famílias curitibanas.

REQUERIMENTO Nº 429

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos de voto de congratulações ao Jornal Curitiba Metrópole pela liderança em seu segmento e pelo relevante serviço prestado à comunidade.

Requer ainda a decisão do plenário seja comunicada à direção do jornal, através do diretor-presidente, Ary Leonel da Cruz, à Rua Almirante Gonçalves, 1063, bloco B, bairro Rebouças, CEP 80230-060, Curitiba, Paraná.

Sala das Sessões, em 03.04.2000.

(a) BETO RICHÁ

JUSTIFICATIVA:

Considerado um dos importantes veículos de comunicação entre os municípios da Região Metropolitana, o Curitiba Metrópole se estabelece devido à iniciativa moderna de seus mentores, que privilegia os interesses da população do bairro, transformando o jornal em seu legítimo porta-voz.

A proposta colocada em prática pela equipe de funcionários e direção revela que a fórmula de uma linha editorial voltada aos interesses do leitor-cidadão foi a melhor escolha. Há décadas, o Jornal Curitiba Metrópole se estabelece como um dos fóruns de discussão dos problemas e soluções dos municípios que formam a Grande Curitiba.

Através desta justa homenagem, estaremos incentivando a continuidade de um importante trabalho editorial que hoje chega à grande parcela das famílias paranaenses.

REQUERIMENTO Nº 430

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos de voto de congratulações ao Jornal da Água Verde pela liderança em seu segmento e pelo relevante serviço prestado à comunidade.

Sala das Sessões, em 03.04.2000.

(a) BETO RICHÁ

JUSTIFICATIVA:

Considerado um dos mais importantes veículos de comunicação do bairro, o Jornal da Água Verde se estabelece devido à iniciativa moderna e segmentada de seus mentores, que privilegia os interesses da população do bairro, transformando o jornal em seu legítimo porta-voz.

A proposta colocada em prática pela equipe revela que a fórmula de uma linha editorial voltada aos interesses do leitor-cidadão foi a melhor escolha. A cada dia, o Jornal da Água Verde se estabelece como um dos

fóruns de discussão dos problemas e soluções para o bairro e conseqüentemente, para Curitiba.

Através desta justa homenagem, estaremos incentivando a continuidade de um importante trabalho editorial que hoje chega à grande parcela das famílias curitibanas.

REQUERIMENTO Nº 431

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos de voto de congratulações ao Jornal Correio Paranaense pela liderança em seu segmento e pelo relevante serviço prestado à comunidade.

Sala das Sessões, em 03.04.2000.

(a) BETO RICHÁ

JUSTIFICATIVA:

Considerando um dos mais importantes veículos de comunicação entre municípios do Estado, o Jornal Correio Paranaense se estabelece devido à iniciativa moderna e segmentada de seus mentores, que privilegia os interesses da população, transformando o jornal em seu legítimo porta-voz.

A proposta colocada em prática pela equipe revela que a fórmula de uma linha editorial voltada aos interesses do leitor-cidadão foi a melhor escolha. Há anos, o Jornal Correio Paranaense se estabelece como um dos fóruns de discussão dos problemas e soluções dos municípios que formam a grande Curitiba.

Através desta justa homenagem, estaremos incentivando a continuidade de um importante trabalho editorial que hoje chega à grande parcela das famílias paranaenses.

REQUERIMENTO Nº 432

Senhor Presidente.

O deputado estadual que assina o presente requerimento, como presidente da Comissão de Turismo da Assembléia Legislativa do Paraná, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após a anuência do Plenário, a consignação na ata da plenária de hoje de votos de louvor, para o vereador Ney Leprevost, pelo bom trabalho que desenvolveu na condição de secretário de Estado do Esporte e Turismo do Governo do Paraná.

Casa aprovado o que se propõe, o requerente solicita a gentileza que seja dado ciência ao homenageado junto a Câmara Municipal de Curitiba.

Sala das Sessões, em 03.04.2000.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 444

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à Farmácia Magistral (Rua Professor Rosa Saporski, 200 - Curitiba) pela comemoração de seus 25 anos.

Sala das Sessões, em 03.04.2000.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A Farmácia Magistral, tradicional estabelecimento no ramo de medicamentos aviados da nossa capital, está comemorando 25 anos de atendimento ao público.

É considerada uma das mais tradicionais farmácias do Paraná, atuando na área de manipulação, comércio de medicamentos, perfumaria e produtos médicos hospitalares, a Farmácia Magistral, do Hospital Nossa Senhora das Graças.

Quando iniciou sua atividade, tinha apenas cinco funcionários e o objetivo era atender apenas os pacientes do Hospital Nossa Senhora das Graças e da redondeza. Atualmente conta com 29 profissionais, entre farmacêuticos, administradores, técnicos e auxiliares, todos treinados para oferecer assistência de qualidade e suprir necessidades de clientes com ética e responsabilidade.

Ao longo destes 25 anos, expandiu seu atendimento no Estado do Paraná todo e até em outros Estados, procurando sempre estar na linha de frente, treinando constantemente o seu quadro de pessoal. Ainda, atualmente a Farmácia Magistral conta com uma linha completa de medicamentos, laboratório e manipulação com matérias primas de alta qualidade e assistência farmacêutica especializada.

A Farmácia Magistral, pela sua altíssima qualidade e seriedade de administração, tem conquistado sempre um maior espaço no nosso estado e no nosso país, graças à confiança que conquistou entre médicos e pacientes.

Pela comemoração de 25 anos, receba a Farmácia Magistral, através de seu gerente, senhor Agostinho Thomé, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 449

Senhor Presidente.

O deputado que o este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao doutor Gilberto Giacóia (Tribunal de Justiça do Estado do Paraná) pela inauguração da nova subsele do Ministério Público do Paraná, em data de hoje.

Sala das Sessões, em 03.04.2000.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Foi inaugurada em data de hoje, pela manhã, a nova subsele do Ministério Público do Paraná, à Rua Marechal Floriano, esquina com Avenida Iguaçu.

No imóvel secular ali localizado, foi efetuada primorosa e surpreendente restauração, que culminou num belíssimo e funcional espaço para abrigar o importante órgão da justiça paranaense. A casa foi dotada de cuidadoso sistema contra incêndio e recebeu um novo conceito de ambiente de trabalho as estações de trabalho, o que permite o bem estar básico dos servidores.

Atenção especialíssima foi dedicada ao movimento de pessoas idosas e portadores de deficiências físi-

cas, com a construção de elevadores, campos especiais de acesso, corrimões, sanitários e pisos de borracha.

O espaço, abrigando todos os setores, é, com certeza um exemplo de reestruturação de prédios públicos já em desuso e completo abandono, que pode ser utilizado ainda e com finalidade nobres.

Pela inauguração desta nova sede, receba o Ministério Público, na pessoa do seu procurador geral doutor Gilberto Giacóia, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Estado do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 450

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de votos de congratulações ao governador Jaime Lerner e ao secretário da Agricultura e do Abastecimento Antonio Leonel Poloni, pela implantação do Programa Fábrica do Agricultor.

Requer ainda que desta decisão seja cientificado os respectivos homenageados.

Sala das Sessões, em 03.04.2000.

(a) ANTONIO BARATTER

JUSTIFICATIVA:

O governador Jaime Lerner e o secretário da Agricultura e Abastecimento Antonio Leonel Poloni, inauguraram no dia 31 de março a primeira fábrica do agricultor, programa que pretende levar os benefícios da industrialização ao campo.

A Fábrica do Agricultor oferece renda maior ao pequeno produtor, oportunidade de venda direta ao consumidor - com preços mais acessíveis - e prazos menores para legalização do empreendimento. A primeira fábrica está instalada em Bom Jesus do Sul, no sudoeste do Paraná.

Este programa será espalhado por todo o Paraná. São 970 projetos da Fábrica do Agricultor que estão em andamento no Estado, além de 20 centros de comercialização.

A Fábrica do Agricultor de Bom Jesus do Sul vai produzir diariamente 200 quilos de queijos tipo provolone, gouda, mussarela, trançado, minas frescal, parmesão, ricota fresca e aperitivo. A unidade de processamento de carne suína vai produzir 400 quilos por semana de salame tipo italiano e colonial, lingüiça para churrasco, copas, bacon, costela defumada, lombo defumado e lingüiça toscana.

O coordenador do Programa, Luiz Gusi, demonstrou como um dos maiores benefícios da Fábrica do Agricultor a nota fiscal ao produtor para agroindústria, que isenta o agricultor que tenha giro mensal de R\$50 mil.

Desta forma, gostaríamos de prestar esta justa homenagem, solicitando, para tanto, o voto favorável dos nobres Pares.

REQUERIMENTO Nº 457A

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, votos de congratulações e aplausos ao município de Palmas, pelo transcurso de seus 121 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Excelentíssimo senhor Ivo Antonio Dalla Costa, prefeito municipal, ao vice-prefeito, senhor Miraldo de Carli, assim como a todos os senhores vereadores para que, em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Palmas.

Sala das Sessões, em 03.04.2000.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A homenagem que, através desta proposição queremos prestar à toda população do município de Palmas, por ocasião do transcurso de mais um aniversário de sua emancipação política, no próximo dia 14 de abril, será das mais expressivas pelo nosso reconhecimento ao trabalho desenvolvido em prol da grandeza daquela região.

Palmas se consolidou como um dos principais pólos de desenvolvimento da importante região, constituindo-se como o portal do sudoeste do Estado do Paraná.

As tradições mais caras dos paranaenses na economia, na cultura paranista, no espírito de trabalho, têm suas raízes no município. Mas, Palmas é um respeitável acervo de tradições, que não se esgota nunca. Essa herança cultural tem sido preservada e multiplicada pelas novas gerações.

Daquele rincão modelos cívicos, morais, mentais, religiosos e políticos compuseram o perfil do homem paranaense, criado sob a influência da civilização do sudoeste. Desenvolve-se lá, além disso, uma economia pastoril, favorecida pelo tropeirismo que lhe possibilita a formação de uma aristocracia rural de marcante liderança. Daí as muitas figuras titulares que ornamentam a genealogia das tradicionais famílias que o povoaram.

A história de Palmas começa em 14 de abril de 1879, que com o correr do tempo foi crescendo e transformando-se em município de porte médio, recebendo migrações que permitiram um desenvolvimento significativo marcado por muito esforço principalmente aquele desprendido pela tradicional família palmense, cuja história é rica em fatos. O município deu vultos históricos para o Estado e o País, sendo marcante a participação palmense nas questões políticas, razão por que pretendemos homenagear a laboriosa população pelos seus 121 anos, homenagem esta dedicada aos seus administradores de todos os tempos.

É um evento que marca além do seu registro histórico, uma Palmas renovada pela fibra do seu povo ao longo da história.

Por todos esses fatos, o aniversário de Palmas diz muito a todos nós paranaenses que amamos nossa terra e a ela devotamos o melhor de nossas energias.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste parlamentar, parabeniza a população de Palmas na significativa data de comemoração de seus 121 anos de emancipação politicamente organizada.

REQUERIMENTO Nº 433

Senhor Presidente.

O deputado estadual que firma este documento, na condição de presidente da Comissão de Turismo da Assembléia Legislativa do Paraná, vem REQUERER, após a anuência do Plenário, que seja encaminhado ao senhor Segismundo Morgenstern, os augúrios dessa Casa Legislativa, almejando uma feliz gestão como secretário de Estado de Esporte e Turismo.

Da decisão da Casa, requer-se que seja dado conhecimento ao secretário homenageado.

Sala das Sessões, em 03.04.2000.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 398

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao senhor governador Jaime Lerner e ao secretário de Estado da Segurança Pública, José Tavares, solicitando providências urgentes para retirar dos recintos de jogos os famosos “caça-níqueis”, conforme justifica.

Sala das Sessões, em 03.04.2000.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

A imprensa paranaense tem noticiado, inúmeras vezes, o mal que os “caça-níqueis” vem trazendo à tranquilidade de pais que vêem seus filhos deixarem de ir à escola ou de efetuarem suas tarefas diárias de escola para passarem horas e horas diante desses jogos públicos.

Não se pode contestar a ação perniciosa desses “caças-níqueis” no meio da juventude. Embora a lei proíba permanência de menores nos locais de jogos, especificamente para determinados jogos, há que se convir que em muitos municípios essa ordem não é executada com rigor, ocorrendo permanência de menores nesses locais, principalmente em horários escolares, durante o dia e mesmo em período noturno.

Se a Serlopar tem controle da maioria das máquinas de jogos recreativos, há, entretanto, outras máquinas que entraram no Estado via Paraguai, burlando o sistema de vigilância da Polícia Federal nesses contrabandos. E essas máquinas estão funcionando por aí.

Esperamos a ação do novo secretário de Segurança do Estado no sentido de coibir esses jogos, caçar esses “caças-níqueis” e dar tranquilidade à família paranaense, principalmente a pais cujos filhos freqüentam escolas e

deixam de ir às aulas ou de cumprir suas tarefas diárias para freqüentar os vídeos-pokers.

Desnecessário informar aos preclaros deputados as conseqüências funestas que esses jogos causam aos adolescentes.

Daí, a razão deste nosso requerimento.

REQUERIMENTO Nº 402

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente a senhora Alcione Saliba, secretária de Estado da Educação e a senhora Denize Margareth Basgal, diretora da Fundepar, para que seja liberado com a máxima urgência o mobiliário para equipar a Biblioteca do PROEM no Colégio Estadual Antônio Maximiliano Ceretta - Ensino Fundamental e Médio no município de Marechal Cândido Rondon.

Sala das Sessões, em 03.04.2000.

(a)ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

É de máxima urgência a liberação do mobiliário para equipar a biblioteca do PROEM, pois o Colégio Estadual Antônio Maximiliano Ceretta - Ensino Fundamental e Médio, já está com o espaço disponibilizado desde o mês de setembro de 1999 para a nova biblioteca. Salientamos ainda que o Corpo Docente e o Discente, para realizarem suas atividades de pesquisa e trabalhos diferenciados estão utilizando uma sala improvisada e de espaço insuficiente.

Assim sendo, temos a certeza do apoio dos nobres Pares para a aprovação deste requerimento pela grandeza da medida nele proposto.

REQUERIMENTO Nº 403

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente ao senhor Eliseu Padilha, ministro dos Transportes, solicitando com a máxima urgência providências com relação à rodovia que faz a ligação do município de Marechal Cândido Rondon a Guaíra, pois a mesma encontra-se em péssimas condições de trafegabilidade, desprovida de acostamento e apresentando deficiências na pista de rolamento.

Deve-se salientar ainda o fato do trânsito ser intenso em especial nas épocas de safras, esta ligação é o principal elo do corredor de exportação de produtos agrícolas, congregando o Estado do Paraná e também os Estados vizinhos de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Sala das Sessões, em 03.04.2000.

(a)ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 404

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente ao senhor Dilceu Sperafico, deputado federal, solicitando que interceda junto ao Ministério dos Transportes com a máxima urgência providências com relação à rodovia que faz a ligação do município de Marechal Cândido Rondon a Guaíra, pois a mesma encontra-se em péssimas condições de trafegabilidade, desprovida de acostamento e apresentando deficiências na pista de rolamento.

Deve-se salientar ainda o fato do trânsito ser intenso em especial nas épocas de safras, esta ligação é o principal elo do corredor de exportação de produtos agrícolas, congregando o Estado do Paraná e também os Estados vizinhos de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Sala das Sessões, em 03.04.2000.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 406

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, envio de expediente ao secretário de Estado da Segurança Pública, José Tavares e ao governador do Estado do Paraná, Jaime Lerner, solicitando mais armamento, viaturas e pessoal para a Polícia Civil e Polícia Militar do município de Ponta Grossa.

Com os distritos policiais fazendo os registros das ocorrências, atendendo diretamente à população, com o assento de fatos que hoje são anotados nas delegacias ou seções especializadas da 13ª Subdivisão Policial, o que é inviável com o quadro funcional que a mesma conta em Ponta Grossa.

Com a falta de armamento, viaturas e pessoal na Polícia Militar e Civil de Ponta Grossa, está sendo difícil atender as necessidades da população pontagrossense e da região.

Sala das Sessões, em 03.04.2000.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 407

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, envio de expediente ao secretário de Estado dos Transportes, Heinz Herwig, e ao governador do Estado do Paraná, Jaime Lerner, solicitando providências urgentes quanto as condições de tráfego da estrada que liga o distrito de Guaragi a Teixeira Soares.

O número de veículos que encalham é grande e em dias chuvosos, a situação piora.

O barro e a poeira chegam a prejudicar a saúde dos que trafegam assim como dos que residem na beira da estrada, principalmente com problemas respiratórios. ao

tudo são aproximadamente 25 quilômetros entre o Distrito de Guaragi e Teixeira Soares.

Em 1998 foi iniciada a pavimentação da rodovia PR-438, porém somente 20% dos serviços foram concluídos por falta de verbas do governo do Estado. Desde então as obras não foram retomadas, tornando-se praticamente impossível percorrer a estrada.

Sala das Sessões, em 03.04.2000.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 408

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente à Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania, ao secretário em exercício, Silvio Carlos Cavagnari, secretário de Estado da Segurança Pública, José Tavares e ao governador do Estado do Paraná Jaime Lerner, referente a solicitação de providência urgente em relação a superlotação do Presídio Hildebrando de Souza, no município de Ponta Grossa.

Com o problema de capacidade além do limite, os presos estão inquietos e os mais perigosos não incomodam-se em expressar o desejo da promoção de uma rebelião.

O Presídio Hildebrando de Souza, também conhecido como “Caldeirão”, foi construído em 86 e a capacidade máxima é de 80 presos. Algumas celas com capacidade para 5, são divididas por até 10 ou 12 homens. Nas galerias, entre 25 e 30 acomodam-se da melhor maneira possível.

O mau cheiro é insuportável e causa irritação e em determinados setores falta ar. A promiscuidade reina e ajuda na proliferação de doenças. Três casos de AIDS já foram confirmados.

O prédio está desestruturado, sem manutenção, das 8 câmaras de vídeo instaladas, 4 apenas funcionam e com falta de funcionários. O “Caldeirão”, transformou-se em “depósito de gente”. Os detentos acumulam-se em celas, galerias e corredor principal. dormem e comem em locais impróprios, urinam e defecam em latas e garrafas.

Com este breve relato é possível constatar a precária situação do Presídio Hildebrando de Souza, o “Caldeirão”, e a necessidade de uma providência urgente em relação ao remanejamento dos detentos.

Esta solicitação já foi feita à Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania via requerimento três vezes no ano passado, em 18 de maio, 19 de outubro e 14 de dezembro, mas infelizmente sem uma solução eficaz para o referente problema.

Sala das Sessões, em 03.04.2000.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 413

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, solicita o envio de expediente à Fundepar, solicitando urgência na colocação de grades de proteção nas janelas das salas de aula do Colégio Estadual Tancredo de Almeida Neves, no município de Foz do Iguaçu -PR, conforme Ofício nº 015/2000, da direção do referido colégio.

Sala das Sessões, em 03.04.2000.

(a) CHICO NOROESTE

REQUERIMENTO Nº 414

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente ao senhor Antonio Poloni, secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento encaminhando solicitação da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente da Prefeitura de Marechal Cândido Rondon - no sentido de ser beneficiado com o Programa de Subsídio de Calcário para a melhoria da fertilidade do solo, salientando que o referido programa irá contemplar em torno de 150 produtores rurais, com o calcário do tipo C PRNT 75%.

Sala das Sessões, em 03.04.2000.

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

O Programa de Subsídio de Calcário, irá beneficiar mais de 150 produtores rurais de Marechal Cândido Rondon, deve-se salientar que em anos anteriores foram repassados aproximadamente 3.000 toneladas, que contribuiu sobremaneira para a melhoria da fertilidade do solo. A Secretaria Municipal de Agricultura e do Meio Ambiente em Ofício nº 167/2000-GAB solicitou novamente o benefício da inclusão no programa, pois infelizmente em 1999 não foi contemplada.

Assim sendo, temos a certeza do apoio dos nobres pares para a aprovação deste requerimento pela grandeza da medida nele proposto.

REQUERIMENTO Nº 415

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente ao senhor Lubomir Ficinski Dunin secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, solicitando a definição para celebração de convênio que terá como objetivo o revestimento com pedras poliédricas nas ruas dos distritos de Luz Marina, no município de São Pedro do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 03.04.2000.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 416

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente a senhora Fani Lerner, secretária de Estado da Criança e Assuntos da Família, solicitando auxílio financeiro para aquisição de equipamentos, para melhor atendimento de crianças e idosos que buscam minimizar seus problemas através da Provopar - Ação Social do município de Missal.

Sala das Sessões, em 03.04.2000.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 436

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Pontal do Sul, no sentido de atender o pedido do senhor Miguel David de Lima, que pede a colocação de lâmpadas e seu respectivo braço ou suporte, no poste de iluminação pública existente em frente à sua propriedade, sita à rua a Alagoas s/nº, esquina com a Rua Almirante Joaquim José Tavares - Balneário Carmery, proximidades do Balneário Ipanema. Se necessário, recomendamos contato com o requerente pelo telefone (041) 247-4526.

Sala das Sessões, em 03.04.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N 437

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja encaminhado expediente à Telecomunicações do Paraná S.A., no sentido de atender o pedido da senhora Hilza Aparecida Souza Sodré, residente à Travessa B, nº 31 - Vila 1º de Setembro - bairro Caximba, que pede a instalação de um aparelho telefônico público em frente ao bar e mercearia Bom Jesus, sito no endereço acima citado. Será de grande valia para toda a comunidade. Se necessário, recomendamos o contato com a requerente pelo telefone 348-5596.

Sala das Sessões, em 03.04.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 438

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de atender o pedido da senhora Roseli de Fátima dos Santos, residente à Rua Pará de Minas nº 376 - Jardim Ipê, que pede reparos na rua em que reside. É necessário passar a máquina, devido a mesma encontrar-se repleta de buracos e intransitável. Há tantos buracos na rua que o caminhão de lixo, dias atrás, quase tombou. Se

necessário, recomendamos contato com o requerente pelo telefone 354-2547.

Sala das Sessões, em 03.04.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 439

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja encaminhado à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, no sentido de atender o pedido dos moradores da Avenida Madre Paulina, antiga Rua 15 do Jardim Eucaliptos - município de Colombo, os quais solicitam a implantação do serviço de entrega domiciliar de correspondências na rua em que residem. A Avenida Madre Paulina foi denominada conforme Lei nº 740/99 de 02/12/1.999, porém até a presente data os moradores não dispõem de tal benefício. Pedem urgência no atendimento do presente.

Sala das Sessões, em 03.04.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 440

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Colombo, no sentido de atender o pedido da senhora Maria Aparecida Dias, residente à Rua Araribóia nº 175, na Vila Guarani, que pede a limpeza de 01 (um) terreno sito ao lado de sua residência, tendo em vista que o mesmo encontra-se repleto de mato, lixo, móveis, animais mortos etc., causando muitos transtornos para os moradores próximos.

Sala das Sessões, em 03.04.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 441

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Pinhais, no sentido de atender o pedido da senhora Margarete da Luz de Lima, residente à Rua Francisco Eugênio Gomes Pereira nº 663 - Jardim Atuba II, que pede a limpeza de (01) um terreno baldio e de 01 (uma) valeta existentes ao lado de sua residência. A senhora Margarete nos informou que já fez muitos pedidos à Prefeitura, porém nunca foi atendida. Se necessário, recomendamos contato com o requerente pelo telefone 668-4355.

Sala das Sessões, em 03.04.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 442

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido dos pais de alunos da Escola Estadual Lúcio Bastos, sita à Rua Cel. Américo Walger nº 12 - Jardim Paranaense - bairro Alto Boqueirão, os quais pedem policiamento ostensivo, dia e noite, no horário de entrada e saída das aulas, nessa escola. Inclusive até tiroteio já ocorreu. Os pais encontram-se apreensivos e pedem urgência no atendimento do presente.

Sala das Sessões, em 03.04.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 445

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja enviado expediente à Secretaria de Estado da Agricultura, reforçando solicitação de liberação de um veículo através do programa PIA - Programa de Inseminação Artificial para o município de Jundiá do Sul, protocolada sob nº 4.313.733-6.

Sala das Sessões, em 03.04.2000.

(a) ALGACI TULIO

REQUERIMENTO Nº 446

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja enviado expediente à Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família, reforçando solicitação de liberação de equipamentos para a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Conselheiro Mairinck, protocolada sob nº 4.405.811-1.

Sala das Sessões, em 03.04.2000.

(a) ALGACI TULIO

REQUERIMENTO Nº 447

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja enviado expediente à Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família, reforçando solicitação de construção de um Centro de Convivência na Vila Rural de Conselheiro Mairinck, protocolada sob nº 4.405.813-8.

Sala das Sessões, em 03.04.2000.

(a) ALGACI TULIO

REQUERIMENTO Nº 448

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja enviado expediente à Secretaria

de Estado da Criança e Assuntos da Família, reforçando solicitação de recursos da ordem de R\$1.258,00 para o Clube de Mães de Conselheiro Mairinck.

Sala das Sessões, em 03.04.2000.

(a) ALGACI TULIO

REQUERIMENTO Nº 451

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente à Secretaria de Estado da Administração, solicitando as cópias dos contratos de locação de veículos para a Polícia Civil das empresas Ouro Verde Transportes e Locação e Cotrans - Comércio e Transporte e Locações de Veículos Ltda.

Sala das Sessões, em 03.04.2000.

(a) IRINEU COLOMBO

JUSTIFICATIVA:

Segundo matéria veiculada pela Rede Brasil Sul de Televisão (RBS) de Florianópolis e pelo jornal "Gazeta do Paraná", um veículo caracterizado como uma viatura da Polícia Civil do Paraná (com emblemas da Polícia e do Governo do Estado do Paraná; mais giroflex e sistema de rádio) foi preso durante uma blitz realizada no Estado de Santa Catarina pela polícia local, pois estava realizando uma escolta irregular de uma carga para a empresa Ouro Verde.

O veículo apreendido é da empresa Ouro Verde e estava locado para a Polícia Civil. É preciso verificar se o contrato de locação deste e de outros veículos que estão no pátio desta empresa e da Contrans ainda estão vigentes ou expiraram. Caso o contrato esteja vigente, quais motivos levaram a empresa a utilizar um veículo, locado ao Estado, para executar serviços particulares? Caso o contrato tenha terminado, por que o veículo continuava no pátio da empresa caracterizado como sendo uma viatura policial? Estas perguntas carecem de respostas concretas por parte do Governo do Estado do Paraná, a fim de dissipar quaisquer dúvidas sobre a idoneidade dos contratos firmados entre o governo estadual e estas empresas.

Este requerimento justifica-se, pois é atribuição constitucional do Poder Legislativo a fiscalização dos atos do Poder Executivo e o zelo pela "coisa pública".

REQUERIMENTO Nº 412

Senhor Presidente.

O deputado Ricardo Chab que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo senhor secretário de Estado da Saúde, solicitando informações sobre os bancos de sangue:

1 - quantos bancos de sangue existem no Paraná credenciados pelo SUS - Sistema Único de Saúde, com convênio com essa Secretaria?

2 - citar os nomes do banco de sangue, nominando seus proprietários com seus respectivos endereços?

3 - qual o critério adotado pela Secretaria de Estado da Saúde para distribuir as “cotas de sangue”, para os referidos bancos?

4 - qual o valor destinado pelo SUS - Sistema Único de Saúde, para os bancos de sangue do Estado?

5 - esclarecer sobre o funcionamento e o total de cotas de sangue destinado a Hemepar?

6 - qual o valor do custo da bolsa de sangue produzido pela Hemepar e a diferença do valor de custo com os bancos de sangue de laboratório particular?

Sala das Sessões, em 03.04.2000.

(a) RICARDO CHAB

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento tem por finalidade obter informações, que coloquem sob total transparência os bancos de sangue credenciados existentes no Paraná, uma vez que o povo paranaense merece ter a informação, devido ao extremo cuidado com a idoneidade de cada credenciado, por se tratar de suma importância para a vida humana, tendo em vista que alguns exercem essa atividade de uma maneira pouco convencional.

Contando com o apoio dos nobres Pares, requer seja expedida correspondência ao senhor Armando Martinho Bardou Raggio - DD. secretário de Estado da Saúde - Rua Engenheiros Rebouças, 1.707 - Rebouças - CEP 80230-040 - Curitiba - Paraná.

REQUERIMENTO Nº 420

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo senhor secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando as seguintes informações sobre a locação e manutenção de veículos da frota da Polícia Civil do Estado Paraná com as empresas Ouro Verde Transporte e Locação e Contrans - Comércio e Transporte e Locações de Veículos Ltda.

1 - Qual o total de veículos locados para a Polícia Civil?

2 - Qual a média de veículos da Polícia Civil fora de circulação por semana para manutenção?

3 - Qual o procedimento para manutenção dos veículos?

4 - Qual o procedimento padrão quanto ocorre a devolução de um veículo locado pela Polícia Civil?

5 - No ato da devolução de uma viatura policial, quem é responsável pela retirada da identificação do veículo, pelo giroflex e pelo sistema de rádio?

Sala das Sessões, em 03.04.2000.

(a) IRINEU COLOMBO

JUSTIFICATIVA:

A informações solicitadas neste requerimento são importantes para esclarecer o procedimento padrão utilizado entre a Secretaria de Segurança Pública e as empresas que locam veículos para a Polícia Civil, pois, segundo matéria veiculada pela Rede Brasil Sul de Televisão (RBS) de Florianópolis e pelo jornal “Gazeta do Paraná”, um

veículo caracterizado como uma viatura da Polícia Civil do Paraná (com emblemas da polícia e do governo do Estado do Paraná; mais giroflex e sistema de rádio) foi preso durante uma blitz realizada no Estado de Santa Catarina pela polícia local, pois estava realizando uma escolta irregular de uma carga para a empresa Ouro Verde.

O veículo apreendido é da empresa Ouro Verde e estava locado para a Polícia Civil. É preciso saber qual o procedimento padrão adotado na locação deste e de outros veículos que estão no pátio desta empresa e da Cotrans, a fim de evitar situações semelhantes a ocorrida.

REQUERIMENTO Nº 421

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja oficiado o secretário de Estado dos Transportes, senhor Heinz Herwig, para que envie a esta Casa de Leis documento contendo a relação de obras (tipo, extensão) previstas, por lote, no contrato de concessão assinados entre o governo Estadual e as concessionárias e que foram excluídas por força no termo aditivo, que lavrou novo acordo entre o governo e as concessionárias e fixou o reajuste do valor das tarifas de pedágio em nosso Estado.

O pedido justifica-se pelo impacto destas medidas sobre o interesse público, sendo indispensável o conhecimento por esta Casa de Leis das obras que estavam previstas e que foram excluídas pelo novo acordo realizado entre o governo do Estado e as concessionárias de rodovias.

Sala das Sessões, em 03.04.2000.

(a) IRINEU COLOMBO

REQUERIMENTO Nº 452

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja oficiado o secretário de Estado dos Transportes, Senhor Heinz Herwig, para que envie a esta Casa de Leis cópia dos seis Termos Aditivos celebrados entre o governo do Estado e as concessionárias de rodovias, homologados na 1ª Vara de Justiça Federal desta Capital, e que resultaram em alteração dos contratos de concessão das rodovias no Paraná.

O pedido justifica-se pelo impacto destas medidas sobre o interesse público, sendo indispensável o conhecimento por esta Casa de Leis do exato conteúdo destes acordos celebrados entre o governo Estadual e as concessionárias de rodovias.

Sala das Sessões, em 03.04.2000.

(a) IRINEU COLOMBO

REQUERIMENTO Nº 453

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja oficiado o secretário de Estado dos Transportes, senhor Heinz Herwig, para que envie a esta Casa de Leis documento contendo o novo cronograma das obras de duplicação, restauração e contornos por lote de concessão, sua extensão e o custo previsto de cada obra, prazo para início e conclusão de cada obra, resultante do acordo celebrado entre o governo do Estado e as concesssionárias de rodovias.

O pedido justifica-se pelo impacto destas medidas sobre o interesse público, sendo indispensável o conhecimento por esta Casa de Leis do exato conteúdo novo cronograma de obras a serem realizados pelas concessionárias nos respectivos lotes de concessão.

Sala das Sessões, em 03.04.2000.

(a) IRINEU COLOMBO

REQUERIMENTO Nº 435

Senhor Presidente.

O deputado estadual que assina o presente requerimento, usando de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após a anuência do Plenário, que sejam enviados votos de congratulações ao senhor Ademir Brito dos Santos pelo transcurso do vigésimo quinto aniversário do jornal O Regional, da cidade de Assis Chateaubriand, festivamente comemorado no último sábado na cidade antes citada.

Como veículo informativo, o O Regional foi e continua sendo importante meio de fomento do progresso e desenvolvimento, e não menos, aspersor de cultura na comunidade que está inserido.

As felicitações aqui requeridas são justas e merecidas, premiando uma equipe dedicada e laboriosa, cujo valoroso trabalho se atesta na alta qualidade do jornalismo e no profundo senso de profissionalismo praticados. E certamente, os anos que seguirão a esse jubileu de prata e novas conquistas, resultando delas grandes benefícios para coletividade.

O parlamentar subscrevente deste, ainda requer a transcrição nos anais dessa Casa Legislativa, do discurso (cópia apensa) do diretor-proprietário do jornal O Regional, senhor Ademir Brito dos Santos durante o jantar festivo aos 25 anos do citado veículo de comunicação.

Casa aprovado o que se propõe, é solicitado que seja dado ciência do requerido ao senhor Ademir Brito dos Santos no seguinte endereço: Avenida Tupãssi, 1765 - caixa postal 266 CEP 85935-000 - Assis Chateaubriand - Paraná.

Sala das Sessões, em 03.04.2000.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 443

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário respeitosamente, REQUER, a transcrição nos anais desta

Casa de Leis, do editorial do jornal O Estado do Paraná do dia 30 de março de 2000, intitulado: "Quem paga o prejuízo?", anexado ao presente. Que deste requerimento seja dado conhecimento ao doutor Paulo Cruz Pimentel, diretor presidente do referido jornal.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 03.04.2000.

(a) NEREU MOURA

REQUERIMENTO Nº 455

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais após ouvido o Plenário respeitosamente, REQUER, a transcrição nos anais desta Casa de Leis, de matéria publicada no jornal O Diário Popular do dia 02.04.2000, intitulado de "Câmara investigará Fundação Cultural", conforme anexo.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis, solicitando envio de cópia do presente ao senhor Abdo Aref Kudri, diretor presidente da Editora Diário Popular Ltda, Rua XV de novembro, 1190, Centro Curitiba - Paraná.

Sala das Sessões, em 03.04.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 090/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - O título de cidadão honorário ou de cidadão benemérito só será concedido à pessoa que tenha prestado relevantes serviços ao Estado do Paraná e que satisfaça pelo menos um dos requisitos seguintes:

I) exercício, com denodo de proficiência, de cargo, função, emprego ou atividade, de natureza pública ou privada;

II) contribuição ao desenvolvimento das ciências, letras, artes ou da cultura em geral;

III) ação destacada na área da filantropia ou em favor de obras sociais.

Art. 2º - Cabe exclusivamente aos partidos políticos com assento na Assembléia Legislativa apresentarem projetos de lei concedendo títulos de cidadão honorário ou de cidadão benemérito do Estado do Paraná.

§ 1º - Cada partido político poderá apresentar até 4 (quatro) títulos de cidadão honorário ou de cidadão benemérito, a sua escolha, por legislatura;

§ 2º - O partido político que possuir até 03 (três) deputados representando-o na Assembléia Legislativa só poderá apresentar 02 (dois) títulos de cidadão honorário ou de cidadão benemérito, a sua escolha, por legislatura.

§ 3º - A deliberação do partido político para concessão do título de cidadão honorário ou de cidadão benemérito será tomada em reunião de bancada e por deliberação da maioria absoluta dos deputados que o representam e tem assento na Assembléia Legislativa.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas a Lei nº 5.638, de 13 de setembro de 1967 e demais disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.04.2000.

(a) CEZAR SILVESTRI

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei disciplina a concessão do título de cidadão honorário e de cidadão benemérito no âmbito do Estado do Paraná.

Ele estabelece limites e condições para sua concessão, de certa forma impondo regras mais rígidas do que a legislação em vigor (Lei nº 5.638, de 13 de setembro de 1967).

O artigo 1º estabelece que o título de cidadão honorário ou de cidadão benemérito só será concedido à pessoa que tenha prestado relevantes serviços ao Estado do Paraná e satisfaça pelo menos um dos demais requisitos constantes dos incisos I a III do artigo 1º.

O artigo 2º estabelece que cabe exclusivamente aos partidos políticos com assento na Assembléia Legislativa a apresentação dos títulos de cidadão honorário ou de cidadão benemérito e o artigo 3º limita a sua concessão por legislatura.

Cada partido só poderá apresentar quatro projetos de concessão de título de cidadão honorário ou de cidadão benemérito, a sua escolha, por legislatura, e o partido político que possuir até três representantes com assento na Assembléia Legislativa só poderá apresentar dois.

A apresentação do presente projeto de lei justifica-se em primeiro lugar, diante das atribuições reservadas à Assembléia Legislativa.

Na sociedade complexa e globalizada da atualidade, o Poder Legislativo será cada dia mais solicitado a exercer sua competência precípua de regular comportamentos e situações, tornando o exercício da função legislativa propriamente dita muito mais relevante, em prejuízo de outras atividades, como concessão de títulos e benefícios.

Justifica-se, em segundo lugar, porque a imposição de limites e condições à concessão dos títulos de cidadão honorário ou de cidadão benemérito acaba valorizando-os ainda mais, tornando-os distinção excepcional e invulgar.

O presente projeto de lei, finalmente, revoga a Lei nº 5.638 de 13 de setembro de 1967, que dispõe sobre as condições essenciais para a concessão de título de benemérito ou cidadania honorária paranaense.

É a justificativa.

PROJETO DE LEI Nº 091/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a realizar as demarcações topográficas e posterior regularização dos imóveis através de órgãos competentes, conforme Lei Federal nº 9.871/99, que estabelece prazo e normas para que os detentores de título de alienação ou concessão de terras feitas pelo Estado na faixa de fronteira de até cento e cinquenta quilômetros, requeiram ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Incra, a ratificação de que trata o artigo 5º, § 1º da Lei Federal nº 4.947 de 6 de abril de 1966, observado o disposto no Decreto-Lei Federal nº 4.947 de 6 de abril de 1966, observado o disposto no Decreto-Lei Federal nº 1.414, de 18 de agosto de 1975 e Instrução Normativa Federal nº 33 de 16 de junho de 1999.

Parágrafo Único - Fica o Poder Executivo autorizado a realizar as demarcações topográficas e posterior regularização dos imóveis registrados no registro de imóveis após a data de 26 de fevereiro de 1999 e também dos proprietários detentores de mais de uma propriedade rural.

Art. 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a adotar mecanismos através dos órgãos competentes, a iniciar no prazo de trinta dias as demarcações topográficas e posterior regularizações que trata o disposto do artigo anterior.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.04.2000.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

A Lei nº 9.871/99 e Instrução Normativa nº 33/99 ambas de iniciativa do governo Federal impuseram normas para serem cumpridas, com um prazo curto e com excessivos gastos para os produtores rurais proprietários de áreas localizadas dentro da faixa de fronteira. Como já é de conhecimento, nossos produtores rurais estão descapitalizados, e não possuem condições financeiras para arcar com o oneroso custo das regularizações.

Os proprietários quando adquiriram os imóveis o fizeram de boa fé, e de maneira legal conforme as normas de alienação e concessão de terras feita pelo estado na faixa de fronteira. Os imóveis estavam registrados em cartório e os adquirentes não tinham conhecimento da legislação de faixa de fronteira, não podendo recair sobre os ocupantes dessas áreas a responsabilidade de tais providências.

PROJETO DE LEI Nº 092/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a "Fundação Sudoestina de Combate ao Câncer de Pato Branco - Paraná.

Art. 2º -Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.04.2000.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

A Fundação Sudoestina de Combate ao Câncer, proporcionará a População do Sudoeste do Paraná, inestimável serviço principalmente na prevenção, e no diagnóstico precoce da doença.

Hoje as dificuldades são enormes, pois quando as pessoas são acometidas dessa enfermidade, são obrigados a se deslocarem até outros centros mais distantes como Cascavel e Curitiba, contabilizando assim, mais despesas e muitos transtornos para os seus familiares.

PROJETO DE LEI Nº 093/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o “Clube de Mães do Bairro Mercês”, com sede e foro no município de Curitiba-PR.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.04.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

JUSTIFICATIVA:

O Clube de Mães do Bairro das Mercês, fundado em 27 de maio de 1.997, nesta cidade de Curitiba, onde tem sua sede na Rua Jacarezinho nº 737, no Bairro das Mercês, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos de caráter filantrópico e de assistência social à pessoas carentes. Seu objetivo primordial é lutar pelos interesses comunitários, desenvolver programas benéficos, culturais, desportivos, e de natureza social de um modo geral, prestar assistência social aos necessitados e promover a autodeterminação do ser humano através de sua participação na organização e melhoria da sociedade.

Diante do exposto e conforme a documentação que em anexo encaminhamos, o presente plano de lei atende os requisitos exigidos pela lei que disciplina a matéria, razão pela qual solicitamos o apoio dos nobres Pares com assento nesta colenda Casa de Leis para a sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 094/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a União Nacional das Associações de Proteção à Maternidade e à Infância - UNAPMI, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 03.04.2000.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

A União Nacional das Associações de Proteção à Maternidade e à Infância, entidade filantrópica e sem fins lucrativos, tem por finalidade integrar as Associações de Proteção à Maternidade e à Infância e entidades filantrópicas afins.

Isto posto, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 095/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Cultural Aliança Cósmica - Associação de Radiodifusão Cultural, com sede no Balneário de Shangri-lá, município de Pontal do Paraná-PR e foro no município de Matinhos-PR.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 03.04.2000.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A Associação Cultural Aliança Cósmica - Associação de Radiodifusão Cultural, de caráter de radiodifusão comunitária, informativa, cultural e educacional, através de seu trabalho objetiva manter as tradições e hábitos sociais da comunidade em que está inserida, além de incentivar o lazer, esporte, hábitos recreativos e também realizar um trabalho assistencial, através de um serviço de utilidade pública em casos de necessidade.

Desta forma, através da promoção de atividades jornalísticas e artísticas na comunidade, efetua a promoção de seus integrantes, sempre respeitando os valores éticos e da família.

A ACARC é uma instituição independente, sem fins lucrativos, político-partidários ou religiosos, que desenvolve ações de interesse da comunidade, pelo que solicitamos sua declaração de Utilidade Pública.

PROJETO DE LEI Nº 096/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Creche do Trabalhador - Astro, com sede no município de Pontal do Paraná e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 03.04.2000.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

A Associação Creche do Trabalhador - Astro, entidade filantrópica e sem fins lucrativos, tem por finalidade planejar, implantar, dirigir e administrar creches para crianças na faixa etária de 3 meses até 6 anos em período integral, beneficiando a comunidade carente do nosso litoral.

Isto posto, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao 1º Orador inscrito, Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor presidente e senhores deputados.

Durante a última semana, este Plenário foi testemunha que, a Bancada que dá sustentação ao governo, aqui não compareceu, e aqueles representantes dessa Bancada que vieram para não deixar - na terça, na quarta e na quinta-feira serem realizadas as Sessões Ordinárias desta Casa. Por um único motivo, senhor presidente e senhores deputados, a vergonha que o governo do Estado do Paraná - pela sua incompetência na pessoa do “Jaime Pedágio Lerner”, fez com que todo o Estado ficasse estarecido com o maneira pela qual, numa manifestação ordeira, pacífica e, acima de tudo, organizada, dos senhores caminhoneiros do Paraná e do Brasil. Que fizeram o convencimento, dentro da sua classe, para que dessem uma paralisação e um alerta ao governo do Estado daquilo que o “Jaime Pedágio Lerner” tinha feito a esta classe da família do Paraná.

Quem queria passar passava. Lá estiveram os senhores deputados desta Casa - quase a totalidade dos senhores parlamentares da Oposição, naquela manifestação, e viram que carros pequenos, ambulâncias e mesmo caminhoneiros que não desejavam e que tinham uma premência na entrega de determinada mercadoria, mesmo que não fosse uma carga perecível, tinham o livre trânsito de ir e vir como bem entendesse a sua consciência.

O que é que fez o governo do Estado? O governo do Estado, vendo que a sua imagem, não deixando a CPI do Narcotráfico desta Casa se instalar, estava desgastada. O governo do Estado, vendo que a CPI do Pedágio nesta Casa também, por mando dele, não é aqui implantada. Mais desgaste no governo.

E a paralisação, senhor presidente, a paralisação, senhores deputados, dava uma imagem nacional e desvestia aquele rostinho bonito, aquela atitude que tem o governador que não pratica atos que ele determina, a nível nacional já com essa paralisação, dava através da imprensa, uma nova roupagem, não aquela de cordeiro que ele quer transmitir, mas a roupagem de raposa, de lobão que realmente faz com que alguma coisa seja prejudicada e foi prejudicada a família do Paraná.

Deu uma ordem, deu uma ordem para coibir aquele movimento. E qual foi a surpresa de todo este Paraná testemunhada por nós, deputados, testemunhada por toda

a família paranaense, não só de caminhoneiros mas toda a família do Paraná que ali estava presente nos movimentos de Paranaguá e de Ponta Grossa e de outros quadrantes do Estado, ali chegava. A mando do senhor governador, a Polícia Militar do Estado, com um aparato que parecia mais uma guerra, tendo escopetas, tendo escudos, cachorros treinados, para avançar em quem? Para avançar naquele homem de chinelo de dedo, naquele homem de bermuda e às vezes de camiseta, pelo calor da cabine do seu caminhão, colocando todo esse aparato contra aquele movimento ordeiro.

E esta Casa, pensava que esvaziando na terça, na quarta e na quinta como fizeram os deputados que apóiam o governo, pensavam eles que fosse esquecido. Não foi esquecido. Cada parlamentar da Situação do governo, que voltou à sua casa, e tenho testemunho de alguns deles, foram cobrados nas suas bases eleitorais, foram cobrados pela sua posição aqui dentro deste Plenário.

E tenha certeza, senhores deputados, senhor presidente, e senhores e senhoras que nos honram com a sua presença na galeria, imprensa falada, escrita e televisada desta Casa. O povo vai cobrar de cada deputado um sim ou não, cada um vai ter na sua base eleitoral uma pressão - não de nós da Oposição, mas uma pressão da razão. Se o governo nada deve, se o governo é transparente, se o “Jaime Pedágio Lerner” quer ser presidente da república saído de governador do Estado, ele que dê para o Paraná amostra que ele é honesto, liderando a Bancada do governo para assinar a CPI do Pedágio. Ele que libere os ilustres deputados para assinarem com a sua vontade, com a sua consciência, com a sua honestidade, a CPI do Pedágio, e junto a ela, a CPI do Narcotráfico.

Seu “Jaime Pedágio Lerner” já fez com que a Polícia Civil fosse ela tirada dos seus quadros aqueles que mancharam aquela instituição em depoimentos que até hoje não foram comprovados, se ele pensa assim, porque não deixa sair a CPI do Narcotráfico.

Se o Paraná tem uma tarifa justa, se a mentira que está sendo colocada na televisão, na rádio e no jornal, quando diz que o Paraná tem a menor tarifa do Brasil: “Claro que tem!” Pois as comissionárias de serviço não construíram um metro de estrada do Paraná, não fizeram nenhum metro, o que é que eles fizeram? Uma operação tapa buraco, uma operação de pintura das faixas e uma operação de capina ao lado da rodovia. claro que tem que ser barato! Mas assim mesmo é um roubo.

Esta tarifa, senhor presidente, senhores deputados, que é colocada, embutida no transporte de carga deste Paraná e deste Brasil, aqui em solo paranista é um roubo, e junto a este roubo tem um segundo. Neste segundo roubo organizado pelo governo do Estado, está o pedágio do gás, sete e meio metros à direita e sete meio metros à esquerda do leito das rodovias. São das concessionárias os seis lotes.

O Paraná em boa hora reclamava e aqui em solo do Paraná, o gás vai alimentar as nossas indústrias, que vão dar condições à população de cada dia ter na sua econo-

mia um adendo a mais para que com o gás, com seu gasto diminua o carvão vegetal que já extinto no caso da nossa Ponta Grossa, onde Tetra Pak, Sadia e outras firmas entram no gás natural a ser consumido. Mais de 500 mil metros cúbicos.

Mas vejam os senhores, falava eu em roubo, o roubo está implantado no pedágio do gás, a terra é do povo do Paraná, a Companhia Paranaense de Gás abre a valeta, assenta o duto, conserva e tem a responsabilidade total, na condução do gás de Araucária a Campo Largo e agora de Campo Largo a Ponta Grossa. Fizemos uma solicitação nesta Casa e tivemos a resposta em mãos: primeiro ano do gás a ser assentado ao lado da pista de rolamento: gratuito. Segundo ano, 4000 reais de pedágio/km. Quarto ano, 6000 o pedágio por km. Sétimo ano em diante, o roubo é de 8000 reais o km. Vamos fazer uma conta, desenharam no Paraná o Anel de Integração. Ele sai de Araucária com o gás, vai a Campo Largo, Ponta Grossa, Apucarana, Maringá, Londrina, Umuarama, Cascavel, Foz do Iguaçu e volta a Guarapuava e chega em Araucária. Dois mil quilômetros, aproximadamente. A 8000 reais o km, pintando faixa, tapando buracos, fazendo poucas coisas, já tem o roubo, na tarifa que aí está implantada.

O segundo roubo: 2000 km a 8000 reais o km, dá 160 milhões de reais por ano para as 6 permissionárias. É um roubo que não admitimos por isso queremos a CPI do Pedágio. Além do que o deputado Péricles aqui trouxe, do superfaturamento das obras realizadas nos pedágios, das placas de sinalização implantadas em território paranaense, o roubo maior do governo do Estado contra o povo do Paraná é o pedágio do gás. Só que este pedágio quem vai pagar somos nós que consumimos as mercadorias como no caso da Sadia. Em Ponta Grossa temos a maior fábrica de pizzas da América do Sul e a pizza vai ficar mais cara por causa do pedágio do gás. O gás vai à Tetra Pak que faz todas as embalagens de leite que vai ficar mais caro porque será embutido o preço do gás no custo final do produto.

O encarecimento do gás vai repercutir na mesa do trabalhador e da família paranaense e até brasileira. E, estamos aqui para pedir que o governo do Estado tenha transparência. Que a bancada situacionista nos empreste duas assinaturas para que possamos mostrar ao Paraná e a todo Brasil se o governo do Estado presta ou não presta, é limpo ou é sujo. Aí sim mostraremos o que é a razão deste Estado.

Por que será que todo mundo tem medo da CPI do Pedágio? Porque não presta, não vai diminuir a tarifa? Não é isso que queremos. Queremos muito mais do que isso. Queremos mostrar ao Paraná o que realmente foi feito no início deste processo, o que está sendo feito durante este processo e o que poderá acarretar no futuro à nossa geração. É um contrato de 25 anos pagando 160 milhões de reais do pedágio do gás. Pagando uma tarifa que não condiz com o frete. Sabemos que de Cascavel ao Porto de Paranaguá, numa planilha aqui apresentada por um caminhoneiro, que antes deste reajuste ele pagava

230 e poucos reais e agora, com o reajuste implantado, paga mais de 500 reais. Onde está o aumento de 56%? Onde está o aumento de setenta e poucos por cento, onde é que está a veracidade daquilo que o governo fala e paga para divulgar? Paga para divulgar mentira, porque não é verdade. A verdade está na CPI. Nada devem. Deixem passar a CPI. O presidente, chegando em suas mãos as dezoito assinaturas que o nosso Regimento exige, ele implantará. E o governo que tem a maioria pode por a maioria na CPI. Não tem importância nenhuma. Pode ser o presidente, pode ser o relator da CPI, seja o cargo que for. A verdade tarda mas não falha. E nós, para mostrarmos a verdade, senhores deputados, precisamos, o Paraná precisa da CPI do Pedágio, da CPI do Narcotráfico, para que as crianças de hoje, que serão os jovens de amanhã não caiam na linha do vício, na linha daquilo que não desejamos a ninguém. Queremos limpar aquilo que é nocivo a família do Paraná. Nesta CPI falta uma assinatura. Só uma. Só um senhor deputado. Na outra, faltam 12 assinaturas.

Mas, haveremos senhor presidente, durante todo o tempo que aqui permaneceremos como deputado estadual, cobrar do governo. Cobrar não só o pedágio. Não só o narcotráfico. Não só o pedágio do gás. Mas, as outras coisas que estão saindo na imprensa, todo dia, como esta que saiu no impacto no último domingo. Saímos, senhor presidente, procurando esta firma de espanhóis que fizeram os Jogos da Natureza, para primeiro termos em mãos elementos, como o ilustre deputado Caíto Quintana mostrou, ao entrar neste assunto. Vamos nos apegar em documentos e elementos que haverão de comprovar aquilo que está estampado. Porque nós, da Oposição, senhor presidente e senhores deputados, não acusamos quem quer que seja de ilícito algum antes de termos provas.

Provamos que a CPI do Pedágio vai mostrar o superfaturamento das obras. Temos elementos em mãos, de que a tarifa apresentada não condiz com a realidade. Queremos, através da CPI do Pedágio, fazer o comparativo daquela arrecadação e daquela despesa maquiada, acreditamos, pela denúncia do próprio Péricles, maquiada nas praças de pedágio, maquiada nas placas de sinalização e maquiada entre outros elementos.

E queremos também, senhor presidente e senhores deputados, discutir nesta Casa a CPI do gás, este roubo contra a família do Paraná. Será que o Jaime "Pedágio" Lerner sabe o que ele está fazendo quando autorizou a cobrança - já finalizo, senhor presidente - será que o governador já pensou o que ele está fazendo para as gerações futuras? Será que ele está sabendo o que ocorreu com os demandados da ordem dele? Quem é o responsável por aquele motorista que veio aqui mordido na nádega pelos cachorros? O instrumento do trabalho dele é o assento do caminhão e lá ele está em Ponta Grossa, primeiro hospitalizado e agora em recuperação, na sua casa. Quem vai pagar aquele restaurante de Paranaguá e de Ponta Grossa que não foram pagos e que a Polícia enxotou todo mundo?

Termino, senhor presidente, dizendo que voltaremos ao assunto tantas vezes quantas forem necessárias para mostrar ao Paraná que o homem não é cordeiro, é sim um raposo!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Antes de passar a palavra ao deputado Caíto Quintana esta presidência recebe o requerimento de licença para tratamento de saúde do deputado Luiz Fernandes da Silva Litro, com laudo médico, por 125 dias, conforme atestado médico em anexo.

Em votação o requerimento. **Aprovado.**

Com base no artigo 4º, inciso 7º, tendo prestado compromisso uma vez o suplente de deputado é dispensado de fazê-lo em convocações subseqüentes, bem como o deputado ao reassumir o lugar sendo sua volta ao exercício do mandato comunicado a casa pelo presidente.

Desta forma comunico a Vossas Excelências que o deputado Antonio Carlos Baratter reassume o posto, a cadeira de deputado na licença do deputado Luiz Fernandes da Silva Litro.

Com a palavra o deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA

Senhor presidente, senhores deputados, me pergunto muitas vezes que força move o Estado do Paraná, qual é na verdade o instrumento que utilizamos neste Estado para podermos transformar mentiras em verdades e verdades em mentiras. Por exemplo, colocamos sem nenhuma contestação pública a não ser da Oposição, dados de que o Paraná estaria gerando 400 mil novos empregos com a instalação das indústrias automobilísticas no nosso Estado. Não é a verdade. Os índices tem mostrado que o Paraná teve diminuição de oferta de emprego no ano de 1999. Tivemos farta colocação pela imprensa de que o Paraná mudava o perfil do nosso Estado e individamos o nosso Estado, comprometemos o desenvolvimento deste estado para aplicar em indústrias que aqui se instalaram e os organismos nacionais em suas avaliações mostram que o Estado do Paraná, inclusive na região sul foi o único que teve queda de produto industrial no ano de 1999.

Tivemos uma CPI extraordinária aqui no nosso Estado mostrando todo o descalabro da segurança pública e conseguimos inclusive fazer com que isto não se tornasse notícia nacional. Os jornais, a imprensa nacional não publicaram fatos aterrorizantes como este que aqui estão acontecendo.

E vejo aqui, senhor presidente, senhores parlamentares, a força desmedida e que não consegue se entender a razão dela que se tem com os próprios organismos de imprensa do nosso Estado que muitas e muitas vezes omitem informações da opinião pública. E quero aqui, senhor presidente, senhores parlamentares, para que não pare nenhuma dúvida, não estou aqui falando dos jornalistas, dos homens de rádio, dos profissionais de tele-

visão, que são funcionários, que têm carteira assinada, que recebem salário de uma empresa de comunicação. Falo, sim senhor presidente, senhores parlamentares, dos proprietários, dos empresários que por motivos desconhecidos omitem do Paraná notícias importantes do julgamento do nosso povo paranaense.

Vou lhes mostrar aqui, senhor presidente, senhores parlamentares, um jornal do dia 28 de março, Jornal do Paraná, aqui do Estado do Paraná, este jornal transcreve uma coluna do Cláudio Humberto, assinada pelo Cláudio Humberto. Esta matéria é paga para o Cláudio Humberto. Ele escreve aproximadamente 90 jornais do Brasil, 80, 90 jornais do Brasil transcrevem a coluna que o Cláudio Humberto escreve, diariamente, e elas são publicadas nos jornais, com a assinatura, com a grife do jornalista, para todo o território nacional.

Pois bem, senhor presidente, senhores parlamentares, tirei pela Internet a coluna do jornalista Cláudio Humberto, da véspera da impressão deste jornal. Veja bem: ela começa aqui, na matéria da Internet, enviada para os jornais, "O Sobrevôo do Tucano". Se formos conferir, na coluna, aqui no jornal, tem o "Sobrevôo do Tucano". A próxima matéria é o "Sobrevôo da Águia", no Jornal do Paraná consta o "Sobrevôo da Águia". A terceira matéria, escrita pelo Cláudio Humberto é: "Jogadas da Natureza", aqui no jornal não tem "Jogadas da Natureza". Aí continua: "Pensando Bem", na coluna da Internet, aqui tem "Pensando Bem"; "Catraca", aqui tem "Catraca"; depois "Permitir Estacionar", aqui tem "Permitido Estacionar"; "*Mea Culpa*" aqui tem "*Mea Culpa*". Todos os outros itens da coluna do jornalista Cláudio Humberto, assinado - portanto volto a dizer que é publicada em mais de 80 veículos de comunicação - todas as outras matérias, escritas na coluna, distribuídas para todos os jornais que escrevem esta coluna, estão aqui. Só não está uma matéria, foi tirada fora, exatamente aqui no Estado do Paraná, porque nos outros Estados do País, foi publicado, só no Estado do Paraná não foi!

E aqui, nesta matéria, que não foi publicada, consta: "Jogadas da Natureza".

O governador Jaime Lerner é mesmo um pai sobressaltado, agora ele corre o risco de um novo escândalo, dizendo-se munidos de farta documentação, empresários espanhóis, exigirão, na Justiça, o pagamento de saldo a receber sobre dois milhões de dólares, acordados com a empresa administrada pela filha do governador e por um atual secretário, quando da realização dos jogos da natureza.

Os espanhóis alegam qual a agência de publicidade de Cláudio Hoffmann, genro de Lerner, faturou 20 milhões de dólares mas não pagou os honorários devidos pela autoria do projeto.

Deputado Colombo, esta matéria é séria é importante, é de ser avaliada pelo Paraná. São vinte milhões de dólares, vinte milhões de dólares, faturados por uma agência de publicidade nos Jogos da Natureza, e afirma é do genro do governador! E a solução que se dá, para o

Paraná, é pressionar os veículos de comunicação para que não publiquem a matéria da coluna do Cláudio Humberto.

Eu acho, senhor presidente, senhores parlamentares, que nós devemos avaliar, com mais profundidade, inclusive a realização dos jogos da natureza, neste ano. Porque o governo, uma vez mais, começa a falar em jogos da natureza, neste ano, talvez para gastar mais um pouco com os esqueletos abandonados à margem do lago de Itaipu, que não tiveram utilidade após os jogos da natureza! Visto que nem uma outra programação estadual lá se realizou, não, não foi usado, deputado Élio Lino, foi usado para turismo dos municípios, mas não há promoção do governo do Estado, do Poder Público, não senhor.!

E este governo que não está conseguindo pagar pequenos empreiteiros que não está pagando aluguel de prédios que utiliza para poder colocar lá dentro desempenho de atividades da educação ou da agricultura. Não tem o direito de fazer novamente os jogos da natureza enquanto não explicar essa matéria do Cláudio Humberto. Vinte milhões de dólares faturados por uma agência de publicidade não é brincadeira. Muitas vezes no interior nos perguntam: “O que é que há com o Paraná? Por que o Paraná está sem recurso econômico? Por que o Paraná está devendo? Por que que o Estado não consegue dar andamento aos contratos assinados com as prefeituras municipais e as obras estão paradas?” E ficamos aqui pensando onde é que a Assembléia está sendo omissa? Que não está enxergando o endividamento do Paraná. Pois aqui tem um deles os jogos da natureza. Caberia a nós do plenário uma discussão mais ampla aprovando um requerimento, um pedido de informações e respeito desta nota do Cláudio Humberto. E não apenas pressionar para que o jornal não publique, como se isso fosse dar solução a esse grave problema.

Quero dizer que não é só esse jornal que estou citando aqui. Outros jornais importantes do Paraná também não escrevem. Por exemplo, houve uma matéria do jornal “O Globo” publicou do colunista Márcio Moreira Alves sobre o título: “O Pita do Paraná” e aqui no Estado do Paraná o jornal tem como correspondente o Márcio Moreira Alves também não publicou a matéria.

Até onde vamos entender que no Paraná é tudo bonito, que somos o melhor Estado da federação. Que estamos exportando coisas para o Brasil. Até quando vamos omitir nos veículos de imprensa dados estarrecedores sobre o nosso Estado, entendendo que isso seja o suficiente para o saneamento das dívidas públicas e o desmantelamento da corrupção.

O caso é sério. É importante que nós parlamentares saibamos avaliar passo a passo aquilo que está acontecendo na administração.

Concedo um aparte ao deputado Irineu Colombo.

O Sr. Irineu Colombo

Sou da região oeste do Paraná e tive a oportunidade de visitar, três meses depois da passagem dos jogos, Santa Helena e Itaipulândia. Em Itaipulândia chegamos lá e deparamos com umas construções destelhadas com um policial militar dando segurança. Completamente abandonadas. Não tem uma utilização efetiva. mesmo porque os pescadores não poderiam usar porque ali não é ponto de pesca, e a atracagem no local poderia trazer problemas no local. Construções caríssimas. O governador foi lá de helicóptero por 5 minutos. E para fazer essa transmissão foi contratada uma empresa de Cascavel que mandava ao satélite para uma empresa da Espanha para distribuir à Europa. Essa empresa até reclamou que atrasaram o pagamento de oito milhões.

A estratégia do governo Jaime Lerner era fazer uma divulgação internacional da sua brilhante idéia e refluir para dentro do país para ele ser candidato a presidente da República diante da sua criatividade e fazer uns jogos em que o cidadão interagisse com o meio ambiente.

Mas isso tudo, a custa de 80 milhões de reais. Aonde as prefeituras achavam que receberiam recursos, etc. Vários e vários operários que trabalhavam nas obras estão até hoje, na Justiça do Trabalho. meu irmão é advogado, é juiz do trabalho, atuando em Marechal Cândido Rondon tem vários e vários processos, empresas que foram superempreitada pelo DER, por empresas contratadas pelo governo do Estado, deixaram os trabalhadores sem receberem um tostão e, essas empresas na verdade, efetivamente não existem.

Então foi um negócio escandaloso, dinheiro jogado pelo ralo, a população do Paraná, não teve benefício nenhum. Imagine se um brasileiro andou naquele “sky-surf”, onde as pessoas autorizadas para andar de “sky-surf” foram um suíço e dois australianos. Foram pagas as suas hospedagens em hotéis de Foz do Iguaçu, para fazerem demonstrações, porque nem competiam entre eles, pois eram amigos de brincar com isso: foram contratados.

Era para serem pagas as diárias dos hotéis em Foz do Iguaçu. Os hotéis tiveram que fazer manifestação pública para poderem receber. A imprensa de telecomunicação de Cascavel teve que prometer ir aos jornais, e fazer denúncia pública para poder receber.

Então como ainda esta empresa lá da Espanha, não teve condições de fazer um estardalhaço político, efetivamente vão entrar na Justiça. E o estardalhaço político para receber, talvez não teriam maior sucesso, apelaram para o Cláudio Humberto que ficou sabendo. Mas aqui no Paraná a peso de ouro isso não é divulgado.

O Sr. Orlando Pessuti

Deputado Caíto Quintana, quero cumprimentar Vossa Excelência, pelo pronunciamento que faz e ao deputado Colombo, pelo aparte, porque sempre é bom rememorar que nós deputados da Oposição, nesta Casa, por inúmeras vezes levantamos a nossa voz contra os Jogos Mundiais da Natureza, pelo seu significado de

pouca importância para o nosso turismo regional pelo seu significado em termos de dispêndios financeiros.

Nós aqui alertávamos os mais de 80 milhões que se investia na realização desses jogos.

Lembro-me naquela oportunidade fazíamos algumas comparações, na mesma época em que se realizava os Jogos Mundiais da Natureza, no mesmo ano, houve também os Jogos Abertos do Paraná, em Guarapuava.

Enquanto lá para Foz do Iguaçu, se levou centenas e centenas de pessoas como agora relata também o deputado Colombo e, também do exterior, para tentar divulgar o evento que estava acontecendo, pagando-se diárias, pagando-se hotéis, liberando-se patrocínio. Os Jogos Abertos do Paraná, os nossos atletas que foram à Guarapuava tinham que levar os seus colchões, tinham que se hospedar em dependências escolares e, a eles não se oferecia nenhuma diária, nenhum conforto maior.

Relato aqui também o que sempre disse e tive nesta questão o apoio do Deputado Miltinho Puppio, são os Jogos Abertos do Vale do Ivaí, que começaram em 75 e, por 20 anos ininterrupto aconteceram. Assumiu em 95 o governador Jaime Lerner, nunca mais teve do governo apoio e conseqüentemente não teve condições de serem realizados os Jogos Abertos do Vale do Ivaí.

Por isso é necessário que Vossa Excelência faça esse pronunciamento mostrando a pressão que existe do Poder Público estadual, a ingerência que está tendo, no sentido de que omita da publicação dos nossos jornais, notícias que são publicadas por este Brasil a fora.

Quero neste pronunciamento enaltecer uma matéria que li no jornal ontem e, hoje Diário Popular: “Câmara investigará Fundação Cultural”. Uma investigação que vai em cima de Fundação Cultural de Curitiba, que é presidida por Margarita Sansoni, esposa do ministro Rafael Greca. Fundação esta que está sob suspeita da procuradoria Geral da República e de tantos outros organismos.

Quero neste momento cumprimentar o doutor Abdo Aref Kudri por estar tendo a coragem de noticiar uma notícia de importância, não só para Curitiba mas para todo o Estado do Paraná. Parabéns, deputado, e que se registre mais uma vez que a Oposição sempre colocou o seu ponto de vista e a sua contrariedade com aquilo que se gastou e não se fez nos jogos mundiais da natureza.

O SR. CAÍTO QUINTANA

Agradeço a tolerância do senhor presidente.

O Sr. Edgar Bueno

Só gostaria de informar a Vossa Excelência que casa muito bem com o que Vossa Excelência vem denunciando, com o gasto dos Jogos Mundiais da Natureza, que nos jogos pré-olímpicos que aconteceram em Londrina e Cascavel, até agora os representantes do governo ou da área de segurança ou da área ligada ao esporte eles não pagaram a conta ainda, dos hotéis e dos restaurantes

de Cascavel. Essa é a informação que queria passar a Vossa Excelência.

O SR. CAÍTO QUINTANA

Agradeço pelo aparte e muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o deputado Péricles Mello.

O SR. PÉRICLES MELLO

Sr. presidente e senhores deputados. Amanhã ou mais tardar quarta-feira os deputados de Oposição nesta Casa e esperamos que todos aqueles que assinaram a CPI do pedágio: 14 da Bancada de Oposição e 2 da Bancada do governo, entramos com uma ação na Justiça Federal. Uma ação popular para anular o contrato que o governo fez com as concessionárias e suspender o aumento das tarifas. Nós vivemos nos últimos dias uma experiência muito importante no Paraná sobre o funcionamento deste governo. Acredito que nós mesmos não estávamos preparados, nós não supunhamos que o governo Lerner tivesse a coragem e a ousadia de fazer o que fez. Porque ano passado houve um movimento Brasil Caminhoneiro em todo o país, que parou o Brasil por 4 ou 5 dias, e o governo federal com toda sua petulância não teve a coragem que teve o governador Jaime Lerner de mandar a polícia espancar, agredir, violentar, intimidar os caminhoneiros que faziam manifestação pacífica. Não impediram as estradas. A pista continuava livre não trazendo nenhum problema mais grave neste ponto de vista e mesmo assim, o governador de forma truculenta, inclusive ofensiva até à dignidade do povo do Paraná, na medida em que o secretário recém nomeado da segurança do Paraná, juntamente com o secretário dos transportes num helicóptero orientava a ação dos policiais.

A pergunta que tem que se responder é por que o governador fez isso? E a resposta está clara para cada um de nós e para toda a população. O governo Lerner sabia melhor do que ninguém o que está por trás da questão do pedágio. Os números do pedágio são estarrecedores, números que envergonham a inteligência mais elementar de uma criança que conheça número. Citei esses números aqui várias vezes e estou até cansado de citar: 167 milhões de reais só para o pagamento da mão-de-obra operacional das rodovias em 18 meses. Enquanto, Ponta Grossa 300 mil habitantes, tem um orçamento anual de 85, 90 milhões de reais. Gasto com guincho, ambulância, automóvel de fiscalização e pequenos postos de atendimento: 82 milhões de reais. Gastos com praças de pedágio: 62 milhões. A Rodonorte que construiu 7 praças gastou a bagatela de 34 milhões de reais, ou seja, cada praça custou 4 milhões e 850 mil reais. Sem contar que nos investimentos que os técnicos por nós contratados, comprovaram superfaturamento de até 200%. Eles dizem que gastaram 187 milhões de reais.

Esses números são tão agressivos. Envergonham a cada um de nós e acredito que é por este motivo, com-

preendendo a gravidade do assunto que estamos tratando, preferiu agir com violência, de forma truculenta traindo até a imagem que tem de grande arquiteto de renome internacional. Agiu dessa forma porque tem medo e sabe a profundidade da verdade que diz respeito ao pedágio no Paraná.

Senhor presidente e senhores deputados, nós perdemos uma batalha mas a luta continua. Esses números ficam para a história. A polícia não tem o poder de apagar os números, não tem o poder de queimar as atas desta Casa Legislativa e nem a documentação que se encontra nas gavetas do Poder Executivo e que cada dia mais a opinião pública paranaense terá clareza desse fato. A questão do pedágio passa, agora, a ser espada de Damocles sobre o governo. A qualquer momento ela poderá de novo explodir. Porque os números aí estão. Aachamos que alguma coisa diferente pode acontecer. Por isso as Oposições além de entrarem com a ação para anular o contrato e suspender o aumento das tarifas, têm agora um trabalho muito grande. O trabalho de sair às ruas, às praças, às universidades, às escolas divulgar nossa verdade sobre o pedágio. E nós estamos fazendo isso.

Essa semana ainda teremos em nossa mãos um jornal que vai esclarecer todos os pontos da questão do pedágio. A grande farsa do pedágio - desde a licitação que impediu às médias empresas se consorciarem, o conluio do governo com as grandes empreiteiras nacionais, muito conhecidas de todos nós e o mais grave de tudo: o governo define uma tarifa e não diz como definiu. Permite que a concessionária inclua no contrato a proposta comercial, superfaturada, que passa a ser cláusula desse contrato e qualquer juiz ao analisar o contrato vai dar sempre ganho de causa para o governador. E ele ainda tem a coragem de nem ficar vermelho, nem cora de dizer ao povo do Paraná que foi obrigado a aumentar a tarifa porque a justiça assim o quis. Tudo isso vai ficar esclarecido.

E acreditamos que apesar do poder incommensurável desses grandes grupos que têm interesse no pedágio, da ordem de 13,5 bilhões de reais em 24 anos, existe no Paraná milhares de caminhoneiros, muitas empresas transportadoras, existe no Paraná milhões de usuários das rodovias, pessoas que usam as rodovias com carros de passeio para o seu trabalho e existe os cidadãos que para sua vida pessoal, para o lazer passam pelas rodovias estão inconformados com esse aumento criminoso. O nosso caminho é o caminho da mobilização e nós acreditamos que até dia 1º de maio teremos tempo para mobilizar de forma concreta e permanente a sociedade do Paraná. Apesar de que, claro, o Governo é muito esperto, ele espera que nesses 30 dias os custos do pedágio sejam disseminados como custo inflacionário para toda a sociedade e assim o governo julga que é mais difícil a organização dos caminhoneiros, daqueles diretamente envolvidos com a questão do pedágio, que têm a sua vida profissional nas estradas.

Mas, não pensamos assim. Aachamos que o mar de lama deste país, a podridão que estava escondida de repente veio à tona. Momentos históricos muito específicos e particulares e de repente a consciência popular tem um salto de qualidade e muita coisa diferente do que pensam os donos do mundo pode começar a acontecer e nós temos essa expectativa.

Portanto, amanhã, mais tardar 4ª feira, daremos entrada com ação popular na Justiça Federal para anular o pedágio, para suspender o aumento e começamos a partir de hoje um processo permanente de mobilização popular para pôr fim a essa maracutaia, a isso que considero um dos maiores crimes cometidos contra o povo paranaense neste século.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Concedo a palavra ao senhor Divanir Braz Palma.

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA

Senhor presidente, senhores deputados, é com prazer que falamos nesta tribuna para anunciar a mudança na Lei do IPVA que vem trazer um alento substancial para as pessoas que não puderam pagar à vista com desconto de 15% e que foram obrigadas a parcelar esse imposto e nós entramos com um projeto de lei modificativo, mas não foi preciso dar continuidade ao projeto, porque em entendimento com o secretário G. Gionédís, chegou-se ao consenso de que as pessoas que pagam parceladamente o IPVA, mesmo atrasando uma ou duas parcelas, não perdem o direito do parcelamento.

Isso é bom senso, é justo e vem beneficiar os que não puderam pagar à vista e estão parcelando e é um universo muito grande.

Aqui no Paraná temos, rodando, 2.393.100 veículos. Desse total, 71.5% pagaram até o dia 31 de janeiro deste ano. Parcelaram, 28% que corresponde a 670 mil proprietários de veículos. 670 mil pessoas estão parcelando o IPVA e muitas não conseguiram pagar as parcelas e tiveram antecipadas, todas as demais parcelas e com esta nova instrução, nº 11, Ano 2000 - IPVA, altera a parte da Lei 11.280, garantindo que, mesmo com a parcela atrasada, ele paga com juros de mora, correção monetária, mas não perde o parcelamento.

Quero manifestar a nossa satisfação. Nossos cumprimentos ao secretário Giovani Gionédís pela sensibilidade ao nosso apelo e creditar esta vitória a todos os deputados, principalmente da base governista, porque tenho certeza, que esses deputados iriam votar a favor dessa nossa lei, beneficiando ou fazendo justiça àqueles que não puderam pagar o IPVA à vista, mas que pagam parceladamente e que têm uma chance de, ao atrasar a parcela por falta de dinheiro, esquecimento ou qualquer outro motivo, não ser penalizado e ver as suas parcelas canceladas, perdido o direito ao parcelamento, por ter atrasado uma parcela.

Acho que é assim que se faz política.

Estamos trabalhando em consonância com o Poder Executivo, porque acreditamos na administração Jaime Lerner. No dia em que não acreditarmos, vamos trabalhar de outra forma. Respeitamos a opinião da Oposição e achamos que as medidas que defendemos.

A nossa postura é transparente, é serena e tranqüila e quando não aprovamos uma CPI é porque estamos convencidos de que não leva a nada, a não ser bandeira demagógica e pretendemos continuar trabalhando como estamos hoje, em benefício do nosso povo, procurando garantir melhores dias à nossa gente do Paraná.

Está aí a vitória do IPVA que vai beneficiar milhares de paranaenses e com isso, vamos fazendo justiça. A nossa Assembléia Legislativa sempre prestando atenção aos anseios da comunidade, trabalhando em prol do bem estar do nosso povo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta presidência, a pedido dos deputados Basílio Zanusso, Ricardo Maia, Serafina Carrilho e Divanir Braz Palma, registra a presença de um grupo de pessoas da terceira idade, procedentes de Nova Esperança, todos liderados pela 1ª dama do município, senhora Maria A. Benatti. Sejam bem-vindos à nossa Casa.

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o senhor deputado Tiago Amorim.

O SR. TIAGO AMORIM

Senhor presidente, senhores e senhora deputada, imprensa, o que me traz a esta tribuna é a questão do pedágio. Nós que somos da região oeste do Paraná, acompanhamos todas as manifestações na nossa região. No último final de semana, tivemos vários contatos com caminhoneiros do interior do Paraná. Esta lei que foi criada por esta Assembléia Legislativa na data de 14.12.95, foi criada para que existisse o pedágio no Estado do Paraná e temos certeza que a maioria dos deputados aqui estiveram naquela oportunidade, votaram esta lei, exceto alguns deputados da Oposição.

É lógico que esta responsabilidade do pedágio no Estado do Paraná é de todos nós e as perguntas que se fazem no dia a dia na nossa região no oeste do Paraná, são as mais variadas.

Será que a CPI do pedágio vai resolver o problema do pedágio no Estado do Paraná?

Será que a CPI do Pedágio é única exclusivamente uma bandeira política em época eleitoral?

Então ficamos a nos perguntar: enquanto isso, quem sofre e padece, são os usuários das estradas. Levantamos um questionamento: em alguns Estados da Confederação Brasileira se cobra o pedágio. E aí se pergunta: o pedágio é um mal necessário para os caminhoneiros que usam as estradas do nosso Brasil? Indo para o Mato Grosso também verificamos que as estradas estão em péssimas condições de uso.

Lá os caminhoneiros sofrem amargamente e o tráfego naquelas rodovias que são federais e que foram abandonadas, como aconteceu no Paraná, pelo governo federal.

O que me traz nesta tribuna, usando o Pequeno Expediente, é que diante de todas e outras situações, meu caro deputado Nereu Moura que é da nossa região, é que nossa sociedade e nós temos uma linha de conduta. Este deputado que aqui está e que vive dentro do coração do problema do pedágio, porque temos uma Rodovia chamada 277 que é conhecida no interior do Estado do Paraná, como “A Rodovia da Morte”? Este deputado é contra o aumento dos valores do pedágio no Estado do Paraná.

Quero propor que aprofundemos as discussões e que encontremos uma saída para estes problemas envolvendo a questão do pedágio e proponho que façamos uma lei aqui na Assembléia Legislativa do Paraná, determinando que estas empresas que ganharam as concessões nas rodovias do Paraná, determinando que elas cobrem o pedágio neste valor que aí está, em sentido único, para que possamos beneficiar a classe dos caminhoneiros.

É uma idéia minha que estamos passando e que pode ser discutida, analisada entre os prós e os contras.

Nós sentimos esta realidade com reunião com mais de 200 caminhoneiros neste final de semana no oeste do Paraná. Não queremos massacrar estes homens que transportam o progresso do nosso País. Eu acho que esta Casa de Leis como criou a lei do pedágio no Paraná, também precisamos acima de tudo, encontrar critérios para que possamos criar uma nova lei para dar uma resposta plausível à sociedade e quem usa as estradas do Paraná.

Acho que essa discussão precisa ser aprofundada e este parlamento tem esta responsabilidade para encontrar a saída desta maneira, como esta Assembléia, no passado, encontrou a saída para criar uma lei complementar. Como foi instaurada, foi criada esta lei dentro da Assembléia Legislativa, nós também temos o direito de discutir esta questão da cobrança do sentido único e quero também pedir a colaboração da imprensa nesse sentido, para que possamos ter esta linha de conduta e discutir profundamente esta questão da cobrança do pedágio no sentido único no Estado do Paraná.

Muito obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Inscrito no Grande Expediente, com a palavra o Deputado Elio Rusch.

O SR. ELIO RUSCH

Senhor presidente, senhora deputada, senhores deputados, Imprensa do Paraná e paranaenses aqui presentes.

Alguém no passado dizia que a Pátria é aquela onde a gente se sente bem.

Assim como a maioria dos paranaenses se sentem bem aqui no Estado, eu também me somo a ela.

Com certa freqüência até agradeço a Deus, a graça e a honra com que sua bondade me distinguiu, fazendo-me a viver no Paraná.

“Feliz o povo cuja terra tem história, porque lhe é dado o prazer de recordá-la, visto que ela constitui a fonte inesgotável de suas energias”.

Mal de muitas terras está em sua gente não ter vivo, sagrado e permanente, o culto de sua história.

E a verdadeira história, ativa, eloqüente, condutora, é aquela que converte o passado em estímulo do presente. É bem verdade, que é o futuro que estimula a energia do povo. Mas é o passado que assegura o seu destino e que estimula o presente.

Com sua história, o Paraná, é a maior herança que os nossos antepassados nos legaram e que devemos passar aos que virão depois de nós, com a mesma ou maior majestade.

Por isso venho a essa tribuna, analtecer àqueles que iniciaram a bela história deste extraordinário e gigante Estado, que hoje orgulhosamente representamos e o defendemos no Poder Legislativo.

Benditos sejam, por conseguinte, os antepassados paranaenses. Benditos sejam, igualmente, os exemplares políticos do passado.

Incansáveis lutadores que com sua exemplar vida laboriosa, eles nos ensinaram a respeitar e amar sobretudo, este solo abençoado.

É minha obrigação, é nossa obrigação senhores deputados, lutar por um Paraná ainda mais belo e melhor, mais civilizado e maior.

A nossa responsabilidade perante a história é muito séria. Não podemos brincar com ela, sob pena de sermos cobrados e responsabilizados também por ela.

Temos o compromisso formal e sagrado, de passá-la limpa, para as gerações que estão por vir.

Ninguém de nós pode e nem deve ficar indiferente à felicidade e ao futuro dos que vierem depois de nós.

É portanto obrigação de nós deputados, defender os interesses maiores do Estado e honrar a Bandeira do Paraná, acima de quaisquer vaidades ou paixões políticos partidárias.

É obrigação nossa, senhores deputados de amar o Paraná, talvez como Cícero amava a sua humilde Arpinum, que para ele, era mais cara do que a própria vida; ou talvez, como o sábio Catão, que amava a sua modesta aldeia, mais do que a soberba Roma.

Coloco essa reflexão inicial para mostrar minha angústia, com certos acontecimentos políticos, ocorridos nestes últimos anos.

No despretensioso pronunciamento, não quero ferir nenhum homem público e muito menos ser injusto com aqueles que fazem o Paraná do presente.

Mas preciso colocar alguns questionamentos sobre algumas injustiças que se cometem, contra homens-destaques, nascidos, criados ou produzidos nesse Estado, que projetados nacionalmente, são perseguidos com

tamanha crueldade, a ponto de causar espanto e provocar medo a todos os que militam, honestamente, numa função pública.

Depois de acompanhar alguns fatos políticos e poder-se-ia até dizer pitorescos, chego a conclusão que ser uma liderança expressiva no Paraná é posição altamente de risco, perigosa e aviltante.

Pouca permanência de Karlos Rischbieter, no Ministério da Fazenda, por exemplo, será que não se deve ao fato de ele sentir-se só, isolado e sem solidariedade e apoio das lideranças paranaenses?

Sem o fortalecimento político necessário para se manter numa das pastas da mais alta relevância do País?

A indiscutível e comprovada capacidade e conhecimento de gerenciamento na área da previdência, tema atual da maior complexidade e perplexidade, do doutor Reinhold Stephanes, não seria subsídio suficiente, para que os políticos e as lideranças paranaenses se juntassem e chamassem por sua recondução ao posto de ministro?

Inclusive a ele, Reinhold Stephanes deve-se a iniciação da guerra contra a corrupção e contra os corruptos e por extensão, contra o crime organizado dentro da Previdência Social do País.

Editou e lançou em Curitiba este livro, mostrando sua preocupação com o futuro da Previdência, evidenciando os problemas técnicos e mostrando caminhos e dando sugestões de como salvar a Previdência. Por que abandoná-lo?

E a jovem liderança de Alcení Guerra, ao assumir magnífico posto de ministro, não seria outro exemplo, de que se fez no Paraná também outra grande e comprovada injustiça?

Envolvido numa trama das mais diabólicas e maquiavélicas, não restou outra alternativa senão renunciar ao posto de ministro da saúde do Brasil e sair cabisbaixo, sem nada estar devendo.

Só e isolado, ninguém saiu em seu socorro. As próprias, incansáveis e únicas forças, foram sua sustentação.

Seria porque ele era uma candidato em potencial, a postular qualquer cargo a nível de Estado? Ou porque sua liderança, para alguns, não interessava ou não era nada interessante?

Não foi cometido um erro histórico, com o silêncio que o Paraná fez diante da avalanche de denúncias infundadas e reconhecidamente interesseiras?

O poder judiciário julgou o doutor Alcení Guerra, para o espanto de muitos, especialmente daqueles que sempre torcem pelo pior, o julgou inocente.

Não houve e não constituiu-se em crime, a ação de Alcení Guerra frente ao ministério da saúde.

O Paraná deve muito, com certeza, a Alcení. Graças a Deus, o povo patobranquense lhe fez parte de justiça, proclamando-o prefeito em uma das grandes cidades do Estado, Pato Branco, com o extraordinário e expressivo percentual de 74% de votos.

Julgar é fácil, o difícil é julgar bem. E a justiça fez justiça a esse homem de valor.

Não caracteriza aí nesse episódio, mais uma perda incalculável para o Estado?

Não foi cometido, talvez, outro pecado capital com a inconfundível pessoa de José Eduardo de Andrade Vieira?

As forças vivas do Paraná o que fizeram para ajudar a salvar uma das maiores na época, instituições bancárias do País, genuinamente paranaense, denominada Bamerindus?

Será que não faltou solidariedade para salvar, todo esse patrimônio paranaense?

E sua liderança no comando do Ministério da Agricultura, porque não se manteve?

Seria também ele vítima dos que não querem que legítimas lideranças se sobressaíam no Paraná?

José Eduardo de Andrade Vieira imbuído das melhores vontades e intenções, no Ministério da Agricultura, de fundamental importância para o Paraná, pois somos um Estado de vocação agrícola, não logrou e não conseguiu se manter no cargo, talvez, porque forças ocultas do Paraná assim não queriam, parafraseando o ex-presidente Jânio Quadros.

E agora recai sobre Rafael Greca, um lamaçal de denúncias, tentando usurpar-lhe a glória, ocultar-lhe o mérito e denegri-lhe a incontestável liderança.

Preciso, neste meu pronunciamento, me estender um pouco mais sobre a figura de Rafael Greca pois falar sobre ele não é tarefa simples ou de fácil execução.

Nestes últimos 30 dias, ative-me a ouvir um grande número de pessoas do meu Estado consultando-as a respeito do que pensam sobre episódio que envolve o ministro Rafael Greca.

Por onde tenho passado, com as pessoas com quem tenho me encontrado, sejam elas alemãs, italianos, poloneses, ucranianas, holandeses, árabes, japoneses, portugueses, entre outros - pois o Paraná abriga uma miscigenação de raças, que convivem na mais perfeita harmonia - e estas, letrados ou não, quase todos, ou sejam 99%, tem sido unânimes, em afirmar, que Rafael Greca de Macedo, ministro do Paraná é mais uma vítima de uma força estranha, que não deseja a decência desta liderança do Paraná, no alto escalão do governo federal.

Não é esse parlamentar que afirma isso e sim pessoas que ouvi. Pessoas evidentemente decentes, equilibradas, sem paixões políticas ou partidárias.

Uma vida quase por inteiro dedicada ao Paraná e agora ao Brasil. Ou como deputado ou como prefeito, sempre soube irradiar simpatia e moldar talentos.

Para quem conhece Rafael Greca, mesmo sendo adversário político, há se convir comigo que sua alma está isenta de qualquer maldade nesse propagado episódio.

Ao ser consagrado nas urnas nas últimas eleições um repórter ao localizá-lo falou: Rafael Greca, mas que bela votação! Ao que ele respondeu: “O interior do meu Paraná que elegeu e a cidade de Curitiba me consagrou.

Bendito seja, portanto, o nome do Paraná e bendito seja minha querida Curitiba”.

Uma verdadeira declaração de apego, de respeito e de amor ao município e ao Estado.

O manifesto do governador do Estado, publicado na imprensa paranaense, vem exatamente, retratar, traduzir esse pensamento e também o que apurei nos contatos efetuados, conforme afirmei anteriormente.

Como Jaime Lerner fala sobre a injustiça contra Rafael Greca, assim a maioria do povo paranaense, também, se manifesta. Leio na íntegra sua manifestação:

“Garoto mal chegado aos 17 anos Rafael Greca já se revelava uma figura ímpar, impondo um ritmo notável ao resgate da memória de Curitiba, revelação que foi entre os funcionários de nossa Fundação Cultural ao final dos anos 70 e início dos 80.

Assim começou muito cedo para este engenheiro eloqüente e amadurecimento para as questões públicas.

Desde então estava claro que Rafael Greca nascera para a vida pública, talhado em sólidos princípios religiosos e numa vontade inesgotável de fazer, de realizar, de criar.

Vereador dos mais novos na história da cidade, foi dos mais atuantes na defesa das conquistas da cidade num momento em que uma onda negativista contrapunha-se à vanguarda que colocou Curitiba no mapa do mundo.

Deputado estadual por duas vezes, marcou sua passagem na Assembléia por uma intransigente defesa da democracia, atuando com coragem e com um estilo marcante, o que o tornou figura inesquecível naquela Casa.

A conquista da Prefeitura de Curitiba, numa grande vitória confirmada já no primeiro, turno, conduziu-o ao sonho de dirigir a cidade onde nasceu e à qual dedicara grande parte de sua vida.

No ofício de prefeito, Rafael revelou-se mais uma vez o administrador que dedica toda a sua energia a atender o cotidiano dos que mais necessitam e a construir o futuro de todos.

Marcaram sua gestão em Curitiba obras importantes no transporte coletivo, as ruas da cidadania os faróis do saber, a consolidação da infra-estrutura e a eleição da cultura e da educação como valores fundamentais da cidade.

Curitiba lhe deve não apenas a continuidade de uma filosofia urbana que é crescentemente reconhecida como referencial, mas também um grande acervo de inovações, que enriquece e potencializa o nome da cidade.

Daí que, mal chegado aos 40 anos, recebeu nas urnas uma das maiores votações da história de nosso Estado que um deputado federal já teve. Foi uma votação consagradora e reveladora do reconhecimento que a população de Curitiba, em especial, e do Paraná, em geral, têm para com Rafael Greca.

Seria, para ele, muito cômoda a Câmara dos Deputados, onde seguramente sua desenvoltura e sua disposição ao trabalho imporiam um notável referencial de atuação.

No entanto, Greca não recusou o cargo de ministro, com o qual o presidente da república desejava agraciar o Paraná.

Mais espinhoso e mais instável que o cargo de deputado federal, o de ministro impôs a Greca um indiscutível sacrifício, ainda mais sendo a pasta que assumiu, um Ministério complexo e de pouca projeção.

Mas a possibilidade de fazer do turismo uma nova e promissora fronteira econômica e também social para o País pesou na sua aceitação. A possibilidade de fazer, de criar, de realizar, falou mais alto que a comodidade do Legislativo, prova mais uma vez que, em Rafael, a coragem e o entusiasmo vêm em primeiro lugar.

Surpreendido já no início da gestão pelo lado mais indigesto de seu Ministério, aquele encarregado de administrar os jogos de azar, território este adverso ao espírito humanista do ministro, Greca repentinamente viu seu nome envolvido em um cipoal interminável de denúncias.

Fez tudo o que um homem íntegro faz numa situação assim. Afastou os envolvidos nas irregularidades denunciadas, deu explicações, determinou todas as medidas cabíveis. No entanto, seu nome não sai da pauta, ainda que nada indique a sua participação nos fatos denunciados, ainda que sejam visíveis os interesses eleitorais que cercam este festival de difamações envolvendo seu nome.

Como governador do Paraná e como homem que acompanhou de perto a carreira honrada de Rafael Greca, não posso calar-me ao ver esta insidiosa campanha contra um dos nossos mais ilustres homens públicos, Rafael Greca merece o nosso apoio e nossa solidariedade, pois não podemos admitir alguém que tenha dedicado a maior parte de sua vida e os melhores anos de sua juventude pela sua cidade, seu Estado e seu País, tenha o nome repentina e injustamente atirado à lama.”

Será que o ministro, com sua indiscutível liderança com seu talento, com sua simpatia, com sua consagração nas urnas, não estaria incomodando já propensos candidatos a candidatos, para as próximas eleições?

Será que Rafael Greca, com sua eloquência e honestidade, não esteja sendo o espinho no sapato de muitos mafiosos em torno de jogos ilegais e de azar, como estava escrito em alguns jornais?

E vejam, senhores deputados, mesmo alvo de denúncias, Rafael Greca fica na quinta colocação no ranking de avaliação de ministros, segundo pesquisa Datafolha, publicada na Folha de São Paulo, no último dia 23. Imaginem os senhores deputados se não houvesse esse cipoal de denúncias, como disse Jaime Lerner.

É preciso que o Paraná se una, senhores deputados, na defesa de Rafael Greca, sob pena de cometermos, neste momento presente, mais um erro histórico, penalizando em consequência o Estado e as futuras gerações.

O Paraná sabe que ele sempre exerceu e se interessou pela política como arte de fazer feliz o povo, de promover o bem-estar do povo, conservando a tradição da família e praticando, resistentemente, também uma

política sadia e de profundo respeito aos direitos humanos.

Ao finalizar este meu pronunciamento, conclamo a todos os senhores deputados, para esse consenso necessário em favor das lideranças paranaenses, projetadas a nível nacional e para com interesses maiores deste distinguido Estado da Federação, o Paraná.”

Concedo o aparte ao deputado Plauto Miró Guimarães.

O Sr. Plauto Miró Guimarães

Ouçó o seu discurso com atenção, nobre deputado Elio Rusch, e quero aqui trazer o meu apoio total a todas as suas palavras transmitidas nesta tribuna.

A História nos conta e nos mostra o ex-ministro, ex-deputado federal, hoje prefeito de Pato Branco, Alceni Guerra. Um homem que sofreu uma carga da mídia nacional que o denunciou e o apontou como pessoa envolvida dentro de uma série de denúncias, dentro do Ministério da Saúde. O ministro Alceni Guerra afastou-se do Ministério e provou, na Justiça, que cometeram uma grande injustiça, com ele! De tudo aquilo que foi levantado e trazido à tona, nada se provou, onde se deduz que ele é inocente!

O ministro Rafael Greca de Macedo, o deputado federal mais votado da história do Paraná, com a sua cultura, com o seu preparo fez uma grande administração no município de Curitiba. Hoje ele está trilhando, num futuro próximo, uma candidatura ao governo do Estado do Paraná. Já na sua ação dentro do ministério vemos os futuros adversários preparando uma ação complexa e direcionando uma linha de ação para que possam ter no Rafael Greca de Macedo não mais o seu adversário. Eles tentam agir, denegrir com ações junto ao Senado Federal para tentar intimidá-lo.

Rafael Greca de Macedo foi retirado por um dos juizes das ações e inocentado, porque o juiz viu que o ministro não estava envolvido naquele processo.

São ações políticas que acontecem, principalmente na época de eleições. Rafael mostra, como ministro que tem competência, ganhando a simpatia dos brasileiros, e no Estado do Paraná, da mesma forma. Vai ser ele o grande adversário daqueles que hoje, lá no Senado Federal, não têm ajudado o nosso Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O Sr. Divanir Braz Palma

Quero aproveitar essa feliz oportunidade que em tempo faz esse brilhante pronunciamento com referência às figuras paranaenses fritadas pela imprensa nacional, em especial ao ministro Rafael Greca de Macedo. Uma pessoa que todos admiramos, respeitamos e que se viu envolvido nessa trama ardilosa que está em jogo o governo do Paraná.

Nós, homens públicos, devemos nos envergonhar de enfrentar a realidade quando nada devemos. Faço um apelo para que a Lei da Mordalha que é a lei da responsabilidade e deve preservar os nomes de pessoas de vida

pública, antes de serem execradas pela imprensa. Antes que haja um julgamento final, não se deve fazer o que está se fazendo, porque homens probos estão recuando, pois ficar na vida pública sem defesa da sua honra.

Meus parabéns! Dizemos aqui em palavras claras que a defesa de Rafael Greca de Macedo é para motivo de satisfação e de dever, porque nada se pode provar contra sua pessoa.

Muito obrigado!

O SR. BASÍLIO ZANUSSO

Era desnecessário também acrescentar algumas coisas às palavras que foram dirigidas a Vossa Excelência nesta oportunidade que vai à tribuna, em defesa não de um partido político, mas em defesa do Estado do Paraná.

Vossa Excelência lembrou bem de Reynhold Stephanes, de Alcení Guerra, lideranças que tínhamos em Brasília, e que perdemos. Até por culpa nossa, por falta de reação, de apoio político, de estender a nossa mão, a nossa voz.

Vossa Excelência agora, como disse o deputado Divanir Braz Palma: em bom tempo. Você resgata uma obrigação principalmente nossa de pefelistas, ao falar em favor de Rafael Greca em defesa mais do Paraná, do que do Rafael Greca, porque temos tão poucos em Brasília a nos representar, além do Congresso Nacional, no Executivo especialmente, não podemos abrir mão do Rafael Greca lá.

Cumprimento a Vossa Excelência, que vai muito pouco à tribuna, como eu, mas sempre que vai faz jus à sua presença e a atenção de todos nós para as suas palavras.

Muito obrigado.

O Sr. Cezar Silvestri

Quero parabenizá-lo pelo seu pronunciamento, se eu não lhe apartasse com certeza não sentiria bem e até agiria de forma covarde.

Tive a infeliz oportunidade de presenciar um fato ocorrido no município de Guarapuava, no restaurante da minha família, que a grande maioria dos deputados conhece. Quando o ex-ministro Alcení Guerra acompanhado de sua esposa e de seus dois filhos almoçavam numa mesa vizinha à que eu estava com a minha família, quando um cidadão se sentiu no direito de fazer uma brincadeira, uma acusação, com relação à venda de bicicletas da Casa do Pedro, não me lembro exatamente, mas não respeitando inclusive duas crianças, na época, hoje são moços, vi uma mãe chorar desesperadamente e quase vi o homem perder a razão e se tivesse armado até cometer com certeza um crime.

E ele teve que se retirar do restaurante na presença de 300 pessoas, por uma brincadeira maldosa, que um cidadão que ninguém conhece fez naquela ocasião.

Aquilo me marcou profundamente, porque sou filho de político, meu pai foi prefeito de Guarapuava quando eu tinha 4 anos de idade.

Vi os seus adversários muitas vezes fazendo críticas infundadas, a meu pai, e também críticas sendo feitas também de forma infundada a muitos políticos.

Quem me conhece, aqui estão os deputados que entraram nesta Casa comigo em 1990, sabem do meu estilo. As poucas vezes que ocupei a tribuna, o que aparteei os deputados que se pronunciaram nesta Casa, o fiz para elogiar as pessoas, para procurar realmente ressaltar a parte positiva no pronunciamento e, dificilmente usei a tribuna nos pronunciamentos, no calor das campanhas eleitorais, para prejudicar quem quer que seja.

Vi isso, e também vi que poucos meses depois a Justiça dizendo, e a própria imprensa, num espaço muito pequeno fazendo realmente a justiça dizendo que o ex-ministro não devia, que foi uma acusação infundada que tinha sido feita à sua pessoa. É aquele caso do travesseiro. As penas já tinham sido jogadas e realmente o custo daquelas acusações para a família do ex-ministro Alcení Guerra, jamais será apagado e ele não é do meu partido político. Não tenho ligação com ele e nem fiz política junto, mas aquilo me marcou profundamente.

Com relação ao vereador, deputado estadual, prefeito de Curitiba, deputado federal e ministro Rafael Greca de Macedo, eu disse que seria um ato de covardia não lhe apartear nesta tarde, porque eu conheço o ministro Rafael Greca, desde a mais tenra idade. Tive oportunidade de conhecê-lo, estudando no mesmo colégio.

Deputado Elio Rusch, vou procurar ser o mais breve possível. Algumas acusações que fizeram ao ministro Rafael Greca, tenho absoluta certeza - e não quero ser ingênuo - já vi de tudo na minha vida pública, mas tem algumas coisas como, por exemplo, posso discordar do Pessuti, meu adversário político, faz política na mesma região que a minha. Se fizerem algumas acusações ao deputado Pessuti, apesar de ser meu adversário, conhecendo o berço que ele vem, tenho certeza absoluta que não acreditarei e inclusive entrarei em defesa dele ou de qualquer outro deputado que eu conheça, como conheço o deputado Rafael Greca de Macedo.

Conheço seus pais, seus irmãos, sua formação e quando eu vi pessoas procurando fazer o envolvimento dele com a máfia italiana, acusações da maior gravidade, eu me senti estarrecido e fico feliz de ver que, com o passar do tempo, ele está mostrando que realmente não deve nada. Li num dos jornais de circulação nacional, quando um dos juizes de Brasília já dizia que não havia vinculação das acusações dele com as acusações que estavam sendo feitas a alguns assessores do Indesp e do ministério.

Isso nos conforta e ainda faz com que eu possa acreditar nas pessoas. Não quero ser ingênuo, mas, conhecendo Rafael Greca de Macedo, tenho certeza absoluta que a sua consciência jamais deixaria que tivesse envolvimento com máfia italiana, enfim, monte de acusações que fizeram.

Quero cortar o meu raciocínio, para respeitar a presidência, porque seu tempo está esgotado, mas, se

Deus quiser, voltaremos a falar desse assunto e a minha expectativa é que o deputado, o vereador, o ministro Rafael Greca de Macedo possa provar a sua inocência, porque tenho certeza absoluta que todos os que o conhecem, sabem e torcem para que realmente nada disso seja verdadeiro.

O SR. ELIO RUSCH

Gostaria de pedir desculpas aos deputados Rossoni, Algaci, Pessuti, Caíto e ao Nereu Moura que pediram aparte, mas o nosso tempo está esgotado e, com toda certeza, ainda vamos debater sobre essa questão.

Agradeço aos deputados que nos têm aparteado e o meu objetivo único e exclusivo foi de fazer um pronunciamento paranista aqui na Assembléia Legislativa.

Para finalizar, conclamo a todos os senhores deputados para que esse consenso necessário em favor das lideranças paranaenses, projetadas a nível nacional e para com interesses maiores deste distinguido Estado da Federação que é o nosso querido Paraná.

Obrigado.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, já que o deputado Elio Rusch não nos concedeu aparte, iremos abordar esse assunto na semana. Estávamos apenas aguardando as decisões judiciais, mas já que ele trouxe este assunto aqui, a partir desta semana, abordaremos a questão do envolvimento do senhor Rafael Greca com a situação nebulosa em Brasília.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Perfeitamente.

Passa-se ao Horário das Lideranças: PSDB, PST, PSB, PFL, PTB, PDT.

Liderança da Oposição. Com a palavra o deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA

Deputado Nelson Justus, o nosso líder do PMDB, Nereu Moura anunciou que vamos entrar no assunto posteriormente. Não quero fazê-lo no Horário da Liderança das Oposições, porque não sei se as Oposições, como Oposição, conjunto delas, gostaria de entrar nesse assunto.

Mas, como não fomos distinguidos com aparte do deputado Elio Rusch, que fez um belíssimo improviso na apologia do ministro Rafael Greca, quero deixar claro nesta Casa uma coisa só. Durante todo esse episódio que atingiu o ministro Rafael Greca e maculou fundo a imagem do Paraná neste território, tivemos a decência de, por respeito ao ministro paranaense, nunca tocar no assunto nesta Casa.

No entanto, basta um único instante, para que o deputado Elio Rusch vá à tribuna para fazer a sua defesa, na sua versão de defesa do ministro Rafael Greca para imediatamente atacar, que isso é um artil montado por aqueles que querem concorrer a senador ou a deputado no

Paraná para diminuir, não entendi se é para concorrer aqui contra o governo, ou quem sabe é um artil é um artil do ministro Antonio Carlos Magalhães por causa de concorrer à sucessão do presidente Fernando Henrique Cardoso, porque ele deu a entender que é em razão política, medo do ministro Rafael Greca.

Ora, senhores, conhecemos dados, conhecemos números, conhecemos acusações que foram colocadas, não me consta de um ter sido processado, desde os jornalistas que colocaram números verdadeiros. Por outra questão, quem ofereceu denúncia foi o Ministério Público, não foi nenhum órgão do Executivo ou de Legislativo, foi o Ministério Público, baseado em números, um simples fato de ser retirado de um processo não significa absolvição, não! Não existe absolvição nisso.

Portanto, esse assunto daqui para a frente, vamos tocá-lo aqui com a gravidade que ele tiver que ser tocado, agindo da forma como devia ser agido, porque olhe aqui, deputado Pessuti, Vossa Excelência, que é um dos deputados antigos aqui, só o que falta no futuro é de sermos acusados de sermos responsáveis pelas denúncias e barbaridades cometidos no Ministério do Esporte, a ponto de o presidente da República tirar a conta dos 500 anos do Ministério, e agora recentemente ser transferido do Bingo para a Caixa Econômica Federal e retirado do Ministério. Isso é colocado como se fosse uma grande conquista, passar para a Caixa Econômica, como quem diz: na tua mão não há confiabilidade, quem vai cuidar disso é a Caixa Econômica Federal e nós ficamos aqui ainda largando foguete, tentando justificar o grau de importância do paranismo do ministro do Paraná.

Espero que em nome deste paranismo, as pessoas que utilizem cargos de nomeação pública, em nome do Paraná, sejam dignos do cargo que têm, para que amanhã em outros Estados, não sejamos “chacota” de outras pessoas pelo não desempenho condigno das missões que são a paranaenses atribuídos. Paranismo é a defesa do orgulho, da tradição e do bom nome deste Estado. Não pode ser invocado enquanto as pessoas estiverem sendo publicamente hostilizadas por mau desempenho de atividade.

Vamos voltar a tratar disso, deputado Nereu Moura. Porque não podemos permitir que amanhã como a forma que foi hoje, que amanhã venham querer ainda dizer que a culpa é nossa.

Não sei! E é bom, deputado Valdir Rossoni, Vossa Excelência também se precaver, porque daqui a pouco essa acusação genérica que é por causa da eleição, pode ser também que sejam dirigidos essas colocações ao governador Jaime Lerner, na escolha de seu sucessor, talvez, porque aqui no dia de hoje, já foi lançado o ministro Rafael Greca para o cargo de governador do Estado ou presidente da República, não sei, porque este artil montado foi para afastá-lo desta oportunidade.

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Pela Ordem**)

Deputado Caíto, havia solicitado aparte ao deputado Elio Rusch até para socorrê-lo nesta apologia que faz aos ilustres paranaenses que se destacaram em Brasília. E, na sua manifestação ele cometeu a injustiça de esquecer nomes ilustres como Suplicy de Lacerda, Deni Schwartz, Borges da Silveira, Euro Brandão, Ney Braga, Afonso Camargo e até o Zacarias de Góes e Vasconcelos que foi o primeiro e mais ilustre dos paranaenses a defender as nossas causas como primeiro governador deste Estado.

Lamento que não tenha me sido concedido o aparte porque também disse o nobre deputado Elio Rusch que enquanto estes paranaenses lá se destacaram, hoje temos lá senadores que só trabalham contra os interesses do Paraná. Não é verdade, deputado Elio Rusch porque se Vossa Excelência não quer politizar a crítica que fazemos eventualmente ao Ministro Rafael Greca ou alguém do PFL, não é justo também generalizar que os nossos senadores nada fazem em favor do Paraná.

Quando o senador Roberto Requião foi ao Senado na condição de relator dos precatórios e denunciou todas aquelas irregularidades que o Paraná estava praticando, comprando títulos podres, prestou um serviço ao Paraná porque evitou que mais dinheiro se jogasse fora. Quando o senador Álvaro Dias propôs no Senado a lei da impenhorabilidade da propriedade familiar, ele está prestando um serviço aos paranaenses. Quando o senador Osmar Dias apresenta um projeto da lei dos cultivados, do cooperativismo ou uma nova sistemática de lei do pedágio, ele está prestando um serviço ao Estado do Paraná.

Portanto, deputado, não podemos generalizar, ou quando particulariza, esquecer ilustres paranaenses.

O SR. CAÍTO QUINTANA

Tenho certeza absoluta, deputado Elio Rusch, que Vossa Excelência tivesse me dado um aparte, a única referência que queria fazer é dizer que não tínhamos tocado neste assunto e que Vossa Excelência abriu, portanto, nesta tarde, a temporada de caça. Daqui para frente iremos tratar deste assunto.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores.

Sobre a mesa, Ofício nº 01/SS/G, subscrito pelo senhor deputado Sérgio Spada, constante do expediente, comunicando o seu retorno as atividades parlamentares, no dia 28 do corrente mês. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 400, de autoria do senhor deputado Luiz Fernandes da Silva Litro, constante do expediente, solicitando licença para tratamento de saúde, pelo período de 125 (cento e vinte e cinco dias) conforme atestado médico. **Aprovado.**

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei, em nº de 02 (dois) de autoria do senhor deputado Nelson Justus, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Cezar Silvestri, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do senhor deputado Augustinho Zucchi, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Cezar silvestri, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados.

ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 090/99, de autoria do deputado Beto Richa, que autoriza o Poder Executivo através da Secretaria de Estado dos Transportes, a instituir Programa de Parcerias, destinado a receber em doação, obras da iniciativa privada. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.O.P.T.C. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovado.**

ITEM 02

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 354/99, de autoria do deputado Ricardo Maia, que autoriza o governo do Estado do Paraná a criar a Ciretran de Paiçandu, e dá outras providências. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. e C.S.P. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovado.**

ITEM 03

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 549/99, de autoria do deputado Kielse Crisóstomo que autoriza o Poder Executivo à criar a Ciretran no município de Paraíso do Norte, no Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.S.P. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovado.**

ITEM 04

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 440/99, de autoria do deputado Neivo Beraldin, que concede o título de Cidadão Honorário do Estado ao senhor Genésio Gabriel Gava. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovado.**

ITEM 05

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 538/99, de autoria do deputado Divanir Braz Palma, que concede o título de Cidadão Honorário do Estado Ágide Meneguette, presidente da Federação da Agricultura do Estado do Paraná -FAEP. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovado.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 064/00, de autoria do deputado Hermas Brandão, que autoriza o Poder Executivo a ceder ao Regimento Coronel Dulcídio da Polícia Militar do Estado, imóvel situado no município de Piraquara. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 076/00, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 005/00, que autoriza a abertura de crédito especial ao Orçamento Geral do Estado, no valor de R\$315.734,00 (trezentos e quinze mil, setecentos e trinta e quatro reais). COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 324/99, de autoria do deputado Ricardo Maia, que altera a redação do artigo 1º, *caput*, da Lei Estadual nº 11.500, de 05 de agosto de 1996. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. COM EMENDA DA C.C.J. EM REGIME DE URGÊNCIA (**Publ. no D.A. nº 69, de 15.06.99**).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 324/99

P A R E C E R :**Do projeto**

De iniciativa do deputado Ricardo Maia, o presente projeto de lei visa alterar a redação do artigo 1º da Lei 11.500, de 05 de agosto de 1996, que assevera:

“As Instituições de Ensino Superior, mantidas pelo Estado do Paraná (IES) ficam autorizadas a prestar serviços e/ou produzir bens para terceiros e repassar até 20% (vinte por cento) da receita decorrente, a título de

pró-labore, aos servidores que efetivamente participarem das referidas atividades.

Em sua justificativa o ilustre parlamentar salienta que ao limitar-se esse repasse em 20% da receita decorrente, a Lei... conquanto eivada das mais salutares intenções culminou por restringir excessivamente e comprometer a motivação dos servidores.

Do Parecer

Extremamente meritória a indicação do parlamentar que entretanto, para atingir o objetivo designado merece emenda para dizer:

“Art. - As Instituições de Ensino Superior mantidas pelo Estado do Paraná ficam autorizadas a prestar serviços e/ou produzir bens para terceiros e repassar parte da receita decorrente, dentro dos limites e parâmetros que forem estabelecidos pelas próprias instituições, a título de pró-labore, aos servidores que efetivamente participarem das referidas atividades;

Do voto

Da análise sob o prisma constitucional nada há que obsta a regular tramitação do projeto de lei. Parecer Favorável nos termos do substitutivo em anexo.

Sala das Comissões, em 21.03.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
BETO RICHA - Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI Nº 324/99

Art. 1º - O *caput* do artigo 1º da Lei Estadual nº 11.500, de 05 de agosto de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - As Instituições de Ensino Superior mantidas pelo Estado do Paraná ficam autorizadas a prestar serviços e/ou produzir bens para terceiros e repassar parte da receita decorrente, dentro de limites e parâmetros que forem estabelecidos pelas próprias instituições a título de pró-labore aos servidores que efetivamente participarem das referidas atividades”.

Art. 2º - O artigo 4º da referida lei, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º - As IES regulamentarão o repasse dos valores a que se refere esta lei, por meio de ato normativo aprovado nos termos de seus respectivos estatutos e regimentos e demais condições legais”.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 21.03.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
BETO RICHA - Relator

Apoiamento:

Algaci Tulio, Carlos Simões, Cesar Seleme, Orlando Pessuti, Antonio Carlos Belinati.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do senhor deputado Ricardo Maia, constante do expediente, solicitando o adiamento de votação, por 10 (dez) sessões. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) sessões, do Projeto de Lei nº 324/99.

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 451 a 453, 421 e 420, de autoria do senhor deputado Irineu Colombo, constantes do expediente. **Em discussão.**

O SR. VALDIR ROSSONI (**Pela Ordem**)

Para discutir senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 394, de autoria do senhor deputado Edno Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 398, de autoria do senhor deputado Ricardo Maia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 402 a 404 e 414 a 416, de autoria do senhor deputado Ademir Bier, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 405, de autoria do senhor deputado Beraldin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 406 a 408, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 401, 409, 410 e 422, de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 397 e 412, de autoria do senhor deputado Edno Guimarães, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 413, de autoria do senhor deputado Chico Noroeste, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 423 a 424, de autoria do senhor deputado Antonio Carlos Belinati, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 425 a 431, de autoria do senhor deputado Beto Richa, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 432 a 434, de autoria do senhor deputado Elio Rusch, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 435, de autoria do senhor deputado Elio Rusch, constante do expediente. **Aprovado. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata)**

Requerimentos nºs 436 a 442, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 443, de autoria do senhor deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Aprovado. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata)**

Requerimentos nºs 444 a 449, de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 450, de autoria do senhor deputado Antonio Baratter, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 455, de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata)**

Requerimento nº 457-A, de autoria do senhor deputado Antonio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 383, de autoria dos senhores deputados Nelson Garcia, Tony Garcia, Augustinho Zucchi e demais senhores deputados, constante do expediente de sessão anterior. **Em discussão.**

O SR. IRINEU COLOMBO (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, senhores deputados, o requerimento da Liderança do Governo pede uma comissão para investigar, para estudar como está o pedágio em outros Estados. Esta era uma solicitação que já fazíamos há muito tempo, desde os primeiros movimentos do governo do Estado da instalação do pedágio e não tivemos sucesso naquela empreitada. Neste momento que estamos discutindo a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito que é uma comissão que tem amparo constitucional, tem legislação federal que estabelece todos os rituais de análise, de trazer depoentes sob vara, inclusive com auxílio da polícia, de quebra de sigilo fiscal, telefônico e bancário, uma Comissão Parlamentar de Inquérito que tem um status, uma importância melhor e a mais importante comissão que pode ter num Parlamento, de atribuições que derivam um pouco do Poder Judiciário, do poder de polícia também, neste momento que queremos investigar a fundo a questão do pedágio no Paraná em que passa o Paraná por uma angústia muito séria, os caminhoneiros nem protestando estavam quando a Polícia Militar, arbitrariamente, dizendo que estava cumprindo ordens do senhor secretário de Segurança, espancou o caminhoneiro. Trouxemos o caminhoneiro aqui para a Assembléia, foi derrubada a sessão, para não ouvir os fatos que tínhamos para demonstrar, claramente, com testemunha, ao vivo e a cores, a sessão foi boicotada!

Num momento de angústia, gravíssima a situação do Estado do Paraná nós, da Oposição, não concordamos com uma comissão que eu chamaria de comissão esconde-esconde. Por que é uma comissão esconde-esconde? Porque vai investigar, vai passear para cá e para lá. Você vai no Rio Grande do Sul você vai ver que tem pedágio que na boca do caixa é mais caro que no Paraná, em São Paulo também, na boca do caixa é mais caro que no Paraná. Mas os estudos têm que ter uma metodologia,

discussão aberta e transparente, aqui nesta Casa, para que a imprensa acompanhe! E só uma CPI pode fazer isso! Qual é a diferença? A diferença está nos serviços prestados, na duplicação existente, na distância percorrida. Esta é a diferença importante que temos que constatar, uma CPI aqui, trazendo os técnicos. Entramos em contato com a CPI do Pedágio, em São Paulo e eles estão dispostos a abrir e já estão mandando para nós todos os documentos que aquela CPI teve, aberto e transparente; porque no Paraná, o grande problema do pedágio nem é tanto a tarifa como os documentos escondidos. tenho um requerimento aqui, se fosse séria esta investigação aprovavam estes requerimentos.

Então queremos uma CPI, aberta e transparente, para mostrar às claras, como foi o acerto, como foi a concorrência, trazer técnicos de outros Estados, ministro Padilha que tem um estudo sobre isso, falando que o exemplo do Paraná é um exemplo para não ser seguido! Portanto não podemos aprovar uma comissão esconde-esconde! Uma comissão para valer é uma Comissão Parlamentar de Inquérito, não esconder os dados.

E diga-se de passagem, antes de discutirmos esta comissão, deveríamos trazer aqui o relatório daquela comissão de alto nível, que o governo do Estado andou preparando, há um tempo atrás, sob a batuta do senhor secretário de Transportes. Onde estão estes estudos? A comissão de alto nível deu em nada! Vão montar mais uma comissão para esconder? Porque aquele momento era um momento perplexo, de grande angústia, de cobrança da sociedade, o governo criou uma comissão de alto nível! Então quando você não quer resolver uma situação, você cria uma comissão!

Agora todo mundo sabe que uma comissão transparente, uma comissão que funciona para valer, que a imprensa vai cobrar, que a opinião pública vai cobrar e que os depoimentos são cara a cara, tête à tête, com dia marcado, hora marcada, convocação editada, é uma Comissão Parlamentar de Inquérito, não uma comissão esconde-esconde.

Repito, no Estado do Paraná, o grande problema em relação ao pedágio está neste sentido, as concessionárias têm dinheiro para pagar grandes pacotes publicitários, têm dinheiro tanto que é capaz de comprar o governo inteiro, se for o caso!

Então, para valer tem que ser uma Comissão Parlamentar de Inquérito e não uma comissão que vai viajar de um Estado para outro para levantar dados. Podemos pegar estes dados, inclusive já os temos à disposição no gabinete do deputado Péricles Mello.

Portanto, estaremos votando contra uma comissão esconde-esconde, para valer, seriedade, em sintonia com a opinião pública é uma CPI sobre o pedágio.

Muito obrigado.

O SR. VALDIR ROSSONI (Para Encaminhar)

Senhor presidente, vou encaminhar aqui o meu requerimento, não havia nenhuma necessidade, mas as

colocações aqui feitas pelo ilustre parlamentar e líder das Oposições, me faz responder algumas questões.

Primeiro, alegando violência, dizendo que foi determinação do secretário de Segurança. Quero dizer ao deputado que temos aqui na Casa, uma comissão constituída, de Direitos Humanos, e o secretário está à disposição para receber qualquer denúncia de violência, seja ela da Polícia Civil, seja ela da Polícia Militar.

Na hora que o deputado quiser fazer esta denúncia tenho certeza que será investigado na sua profundidade.

Segundo, dizer que, se as concessionárias têm muito dinheiro para comprar até o governo, provavelmente não será o nosso governo que será vendido. Talvez comprar o governo do Rio Grande do Sul.

Terceiro, dizer que, quando propomos aqui uma comissão esconde-esconde. Quem propôs aqui uma Comissão Especial de Investigação nesta Casa e, nunca dissemos que era uma comissão de esconde-esconde - e foi proposta pelo deputado Ângelo Vanhoni, que prestou e presta um grande trabalho na questão do narcotráfico no Paraná. Prova que o Paraná teve que tomar medidas drásticas. Se são de esconde-esconde, começou a prática do outro lado. Não foi desse lado.

Estamos propondo uma comissão, porque é a melhor maneira de traçarmos e fazermos aqui um estudo sobre o pedágio, que é uma questão nacional, é visitarmos os outros Estados. É claro que os parlamentares que fizeram parte desta comissão estão amparados por técnicos. Para que possam chegar nos outros Estados onde for mais barato, verificar o porquê de ser mais alto. É natural e evidente que, em determinados lugares será igual e em outros diferente. Porque existe um perfil de investimentos.

Por isso gostaríamos que nosso requerimento fosse aprovado. Para trazermos um estudo aqui, porque o preço do pedágio no Estado do Paraná é fixado em cima de tabelas em estudos feitos por técnicos do DER. Certamente em outros Estados também houve este procedimento.

Se o nosso pedágio estiver acima do preço e da média nacional, algo está errado. Agora, se o nosso pedágio estiver dentro da média nacional, acabam-se aí as discussões. Depois a outra discussão é uma questão ideológica. Há parlamentares que têm uma posição contrária às concessões de rodovias e há aqueles que são favoráveis.

Aprovado esse requerimento teremos condições sim, de discutir essa questão. Diga-se de passagem, os requerimentos que o deputado deu entrada nesta Casa hoje, quero dizer a ele novamente, me tornando cansativo e repetitivo. Os documentos das concessões das rodovias do Estado do Paraná, encontram-se na Secretaria de Transportes a disposição dos senhores parlamentares, a qualquer momento, inclusive com assessoria se necessário for de técnicos da Secretaria de Transporte. Essa é a nossa posição.

Por isso, peço a aprovação desse requerimento.

O SR. NEREU MOURA (Para Encaminhar)

Concordamos com o deputado Irineu Colombo de que de fato para que a Assembléia cumpra com o seu papel Constitucional é necessário fazer algo por inteiro, não pela metade. Por inteiro é a CPI do Pedágio.

Porque a CPI do Pedágio, além de requisitar os documentos que o deputado Valdir Rossoni está se propondo, do Rio Grande do Sul, de São Paulo, do Rio de Janeiro, vai poder entrar fundo na questão aqui do Paraná.

É aqui que nos interessa, sobretudo, porque como deputado estadual fui eleito para defender os interesses do povo do Paraná. Se Deus quiser na próxima eleição quero estar em Brasília, como deputado federal. Aí, sim, vamos questionar São Paulo e Santa Catarina, por enquanto estamos aqui com a jurisdição do Paraná. É aqui que está o nó da gravata.

O governador Jaime Lerner, admitiu o absurdo do preço do pedágio, quando reduziu o preço pela metade em julho de 1998. O próprio governador admitiu que o pedágio é um absurdo no Paraná. Acreditamos que não foi para ganhar a eleição que ele tenha reduzido. Foi porque efetivamente, ele concluiu que era muito caro e reduziu pela metade o preço do pedágio.

Ora, se o governador reduziu o preço pela metade, se ele disse que aumentou o preço, porque a Justiça lhe obrigou a aumentar, é evidente que temos que investigar isso. Qual é o X da questão? Por que o preço ficou alto?

Então quero dizer, que não adianta querermos tapar o sol com a peneira. Lá no Rio Grande do Sul também é caro. São Paulo é caro. temos que ver aqui no Paraná, qual é o problema.

Por isso, o PMDB vota contra este requerimento, da constituição dessa comissão e se for aprovado o PMDB dela não fará parte, senhor presidente. Porque não queremos tapar o sol com a peneira, não queremos fazer de conta, queremos ir por inteiro ou se faz uma investigação de fio a pavio, ou então não vamos querer enganar a população dizendo que em São Paulo é mais caro, e fica tudo como “dantes no quartel de abranes”.

Não vamos aceitar esse tipo de comportamento.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Em votação os deputados que aprovam o requerimento queiram levantar-se.

O SR. VALDIR ROSSONI

Chamada nominal, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Vai se proceder a chamada nominal.

O SR. 1º SECRETÁRIO

(Procede à chamada nominal dos senhores deputados)

É feita a segunda chamada nominal.

Vinte e um senhores deputados responderam à chamada nominal.

Não há quórum para prosseguimento da sessão.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Vinte e um senhores deputados responderam à chamada.

Não há quórum para prosseguimento da sessão.

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem)

Gostaria de cumprimentar a Oposição por ter feito uso de um direito que consta do Regimento Interno. Não vamos fazer parte da tribuna e nem presidir a sessão sem Vossa Excelência.

Vamos acatar a decisão da Oposição em esvaziar o Plenário, porque quando usamos desse artifício, parece que o Regimento Interno não nos protege.

Era só este o registro que eu queria deixar.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 04, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 177, 420/99, 015, 043 e 044/2000.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 216, 612/99, 649/99, 016, 056, 058, 068 e 070/2000.

Levanta-se a sessão.

Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO ELIO RUSCH, EM SESSÃO DO DIA 03 DE ABRIL DE 2000.

“Discurso de comemoração do 25º aniversário do jornal O Regional”

Senhor Ademir Brito dos Santos.
Diretor-Proprietário

Bem gente, confesso a vocês que vou falar bem pouquinho porque estou muito emocionado, Quero primeiramente agradecer a Deus, por tudo que ele me fez, por tudo que ele me deu, por tudo que está fazendo e está me dando, quero agradecer à minha família, a minha esposa, aos meus filhos, que confesso aos senhores nesta noite, filhos que não vi crescer, logo nasceu meu primeiro neto, não vi meus filhos crescer. Porquê? Porque a profissão que escolhi exigiu a minha presença muito mais fora do que dentro de casa, mas graças a Deus a minha esposa e os meus filhos compreenderam que tenho certeza. Hoje

estou agradecendo a minha família e quero agradecer meus pais que me trouxeram ao mundo, pela educação que me deram, pela oportunidade que me deram e pela alegria que ainda hoje está comigo, meu pai aos 77 anos e a minha mãe aos 67 anos. A minha família toda o muito obrigado a vocês pelos momentos às vezes que a gente até não soube compreender-lhes. Agradeço a Deus por tantos amigos que conquistamos ao longo do nosso trabalho, porque o jornal do interior é ociloso, as cidades do interior são como uma grande família aonde todos tomam um cafezinho na mesma xícara, um aperitivo no mesmo copo, e quando um jornal é obrigado a estampar uma notícia que magoa um pai de família, que magoa uma família, e temos que fazer pelo dever da função, mas diante de tudo isso nós somos compreendidos nas comunidades e com certeza hoje temos muito mais amigos do que adversários ou inimigos, quero agradecer a Deus por ter me dado a inteligência a iniciativa de fazer um jornal em Assis Chateaubriand, quando aqui cheguei em 69 com 19 anos de idade trabalhei no Estado do Paraná, na Folha de Londrina, em 09 de março de 75 fundávamos o jornal O Regional, inspirados no nome que foi emprestado para Assis Chateaubriand, do grande jornalista Francisco Assis Chateaubriand, que foi na sua época muito mais do que Roberto Norinha hoje. Sempre dizia, morando em Assis Chateaubriand, na cidade do embaixador Chateaubriand, aqui tem que ter um jornal, enfrentamos muitas dificuldades, houve época que paramos até de circular, porque não tínhamos dinheiro para pagar a máquina para imprimir o jornal. Mas continuamos a luta, e aqui estamos hoje, numa noite histórica reunindo tanta gente, comemorando 25 anos de trabalho, como disse tinha alguém que está recebendo, hoje Assis Chateaubriand com 34 anos de fundação, dá para contar nos dedos as empresas que tem 25 anos, e estamos tendo esse privilégio, sou realmente muito grato a todos que de uma forma ou de outra colaboraram para chegarmos aqui hoje, aqueles que assinaram o nosso jornal, aqueles que anunciaram em nosso jornal, aqueles que compraram o jornal na banca, as gráficas que imprimiram o jornal quando não tínhamos dinheiro para pagar, pagamos depois, as dificuldades que tivemos e fomos compreendidos por empresários, por gerente de banco, por tanta gente que me ajudou, tivemos tantas dificuldade que houve época em que a gente precisava fazer um papagaio no banco, com problemas políticos do jornal. O prefeito na época, não vou citar o nome, foi lá no gerente e disse: se você fizer o papagaio para o Ademir tiro a conta da prefeitura do banco, e só para você ter uma idéia da dificuldade que tivemos para continuar fazendo o jornal O Regional, mas graças a Deus pulamos por todos esses obstáculos, e hoje fico orgulhoso em saber que o jornal O Regional abriu caminhos para que hoje muitas pessoas assinam três, quatro, cinco jornais, duas vezes ao dia mas primeiro começar a ler o jornal. Sinto-me orgulhoso de saber, como disse o prefeito, de que hoje o professor autentica o aluno que faz um trabalho escolar sobre Assis Cha-

teaubriand ou da região do médio oeste, temos certeza que o principal acervo, a principal fonte de pesquisa está nos arquivos do jornal O Regional. Toda a comunidade precisa do trabalho de todos, na medida que precisamos do juiz de direito, do promotor público, do prefeito, do comerciante, do lixeiro, do padeiro precisamos do jornalista. Fico contente em saber que Deus me deu essa coisa de fazer um jornal. Para nós aqui do nosso jornal está a memória de Assis Chateaubriand, hoje quando o Brasil inteiro está voltado para comemorar 500 anos do descobrimento, tudo aquilo que se pode fazer, que está fazendo voltando no passado é porque alguém deixou tudo em outro lugar e essa missão quero dizer. Estamos cumprindo com fidelidade, com amor, com carinho, porque nunca fizemos jornalismo como pico, como aventura ou como até achar outro negócio para fazer, fazemos com convicção que é aquilo que queremos, como fazer um jornal de pai para filho, hoje com 50 anos de idade, jornal com 25, nos esforçamos com o jornal O Regional para continuar. Os meus filhos, os meus netos e aqueles que querem o bem da nossa região. Quero encerrar, agradecer a presença de vocês todos, de todos os prefeitos, de todos os ex-prefeitos, todos aqueles que aqui homenageamos, fazer pauta num ponto de interrogação, por que homenagear ex-prefeito, por que homenagear ex-deputados? Fizemos isso Pedro Teruel, fizemos isso num gesto de reconhecimento, porque se temos hoje parceiros importantes ao nosso lado, temos todos os senhores aqui. Prefeitos, presidente de Câmaras, dirigentes de cooperativas, empresários, prestadores de serviços da área liberal e técnica, se temos hoje tantos parceiros importantes não devemos esquecer que ao longo desses 25 anos, tivemos também parceiros importantes lá no passado, e hoje é o jubileu de prata, amanhã se Deus quiser será o jubileu de ouro, e poderemos com a graça de Deus estar aqui neste lugar, prestando também a vocês prefeitos hoje uma homenagem também. Foi Pedro Teruel alguns pensamentos que prestamos uma sincera homenagem a todos aqueles que passaram pela prefeitura dessa região e que deram essa contribuição independente do partido político, de ideologia política, temos que ter a consciência que todos que passaram pela prefeitura da região, deixaram sua marca, tiveram problemas, tiveram dificuldades, tiveram. Mas todos deixaram sua marca. E nós hoje devemos ser gratos aos nossos antepassados, as demais homenagem fizemos no sentido de reconhecimento por tudo aquilo que recebemos da comunidade de Assis e região ao longo dos nossos anos de trabalho. Quero aqui fazer um pequeno parênteses para me recordar da comitiva da cidade de Guaíra que está aqui hoje representado pelo prefeito e seus companheiros. Que lá já há 3 anos e meio estamos também com o jornal O Paranazão, trazendo lá em Guaíra, Mato Grosso e Paraguai a integração através da comunicação, como estamos fazendo aqui a integração do médio oeste também através da comunicação. Quero deixar aqui meu agradecimento ao prefeito Manoel Kuba pela força que tem dado ao jornal O

Paranazão na cidade de Guaíra, e se Deus quiser prefeito vamos comemorar também o Jubileu de Prata do jornal O Paranazão. A vocês que seguem, dizendo muito obrigado de coração por tudo que vocês fizeram pelo jornal O Regional, pela nossa equipe. A equipe do jornal O Regional que é como uma família também, vocês viram aqui hoje uma homenagem ao funcionário que faz aniversário junto com o jornal. O Hermes começou comigo, e está até hoje comigo há 25 anos trabalhando no O Regional. Em nome de você Hermes quero estender a minha gratidão a toda a minha equipe do jornal O Regional que estão comigo hoje e a todos que passaram pelo nosso jornal. Gente é só aqueles que tiveram esse momento para sentir o que a gente está sentindo. Tinha certeza que não ia conseguir falar nada e Deus foi me dando inspiração e consegui colocar um pouco do meu pensamento. Muito obrigado a vocês e até sempre se Deus quiser.

Jornal O Regional

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO NEREU MOURA, EM SESSÃO DO DIA 03 DE ABRIL DE 2000.

“Quem Paga o Prejuízo?”

Jornal O Estado do Paraná.

A economia do Paraná acompanha atentamente a luta dos caminhoneiros, transportadoras e entidades representativas das classes produtoras contra o aumento do valor dos pedágios decretado pela Justiça em atendimento a pedido formalizado pelas empresas concessionárias. caminhões, jamantas e assemelhados fazem o que podem para paralisar o Estado desde que colocadas em vigência as novas tarifas, já na sucessão do aumento dos combustíveis e da antecipação do IPVA, entre outros aumentos da temporada. O impasse coloca o governo, intermediário do negócio, contra a parede, enquanto constrói o teatro para a próxima jogada que deverá ser - como desde o início - a da negociação com todos os envolvidos.

A sentença judicial em que se baseiam as seis concessionárias refere ao contrato original celebrado com o governo. Com prazo de vigência de 24 anos, prevê obras de manutenção, reforma e duplicação de exatos 2.035,5 quilômetros de estradas federais e estaduais do chamado Anel de Integração. A cobrança nos termos iniciais durou apenas cinquenta dias e as tarifas - altas demais para a sensibilidade política do momento - foram cortadas pela metade. O governo se reelegeu, as empresas pararam tudo (só não de cobrar o pedágio-metade) e agora, oito meses depois, uma decisão judicial devolve o valor às concessionárias sem medir o estrago no bolso dos contribuintes.

Os argumentos, parte a parte, são notórios. A agricultura, a indústria e o comércio faz as contas e prova por a-mais-bê a inviabilidade de trabalhar no trecho pedagiado; o governo tenta um acordo mambembe e fornece

dados para tentar convencer o público do bom negócio que é o pedágio no Paraná, como diz, inferior ao cobrado em outros estados; as concessionárias tentam convencer o público usuário de que com o preço maior, legítimo, contratual e justo, tudo será melhor: teremos estradas duplicadas em pouco tempo, menor número de acidentes, mais segurança e rapidez no ir e vir, maior economia no bolso com pneus e peças de reposição, e por aí afora.

Ocorre que governo e concessionárias esquecem de mencionar o principal à platéia protestante: a cobrança do pedágio não começa agora. Nestes oito meses de pedágio reduzido, quando nada foi feito em represália à alteração unilateral (sem dúvida uma saída politiqureira) dos contratos, quanto entrou no caixa das empresas que um dia brigaram pela concessão rodoviária prometendo o paraíso sobre asfalto, inclusive jardins e pomares re floridos?

De fato, faz rir ouvir o desfilar de promessas ora repetidas. Se as estradas já existem e se tudo quanto até aqui foi pago em pedágio de nada serve, que risco existe à iniciativa privada na concessão de um bem público já realizado, inaugurado e quitado através de taxas, selos e impostos? Quem paga o prejuízo do pedágio? É evidente que a única saída será a negociação, não a dois como antes, mas a três: concessionárias, governo e comunidade usuária na condição de terceiros interessados.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO ORLANDO PESSUTI, EM SESSÃO DO DIA 03 DE ABRIL DE 2.000.

“Câmara investigará Fundação Cultural”

Jornal O Diário Popular.

Como vem sendo utilizado o dinheiro público é o principal interesse da Câmara Municipal de Curitiba, que prepara processo investigatório na entidade presidida por Margarita Sansone.

A Câmara Municipal de Curitiba está se preparando para iniciar completa investigação, no que promete ser uma verdadeira devassa, sobre a utilização do dinheiro público pela fundação Cultural de Curitiba.

Presidida pela mulher do ministro Rafael Greca de Macedo, Margarita Sansone, e envolvida nas comemorações dos 500 anos do Brasil, a entidade foi alvo recentemente de grave denúncia de desvio de recursos e que já vem sendo investigada pelos procuradores da República Luiz Francisco Fernandes de Souza e Guilherme Zanina Schelb.

Parte da verba destinada pelo governo federal, através do Ministério do Esporte, para construção em Curitiba de um monumento em homenagem a chegada de Pedro Álvares Cabral ao País, teria passado pela fundação e ido parar nos cofres do Farol do Saber, também presidido pela ex-primeira dama da capital paranaense, como detonou a revista IstoÉ na ocasião.

Tais recursos de um total liberado de R\$1,6 milhão, somariam R\$600 mil.

Em meio a uma trama de irregularidades, envolvendo o ministro, seria mais uma vultosa soma de recursos sem fins conhecidos e que poderia ter como destino a “caixinha” que alimentaria a sua campanha ao governo do Paraná em 2002.

Bingueiros como Alejandro Ortiz, acusado de ligação com a máfia italiana e que revelou o esquema de arrecadação de propina do Instituto Nacional do Desporto (Indesp) para autorização de jogos de azar, garantem essa finalidade para as “contribuições”.

Pelo que promete realizar a Câmara Municipal de Curitiba, o velho e conhecido ditado romano “A mulher de César tem que estar acima de qualquer suspeita” não tem validade neste caso. Afinal, esta mulher tem que estar acima de qualquer suspeita?

Situação de Greca ainda pior

A situação do ministro Rafael Greca, ao contrário que se pensou, após a decisão da 7ª Vara da Justiça Federal do Distrito Federal, que decidiu excluí-lo da ação movida pelos procuradores Luiz Francisco de Souza e Guilherme Schelb, contra o Indesp, está longe de ser um alívio para ele.

Parlamentares paranaenses garantem que vem “chumbo grosso” contra o ministro do Esporte e Turismo. É que, segundo eles, a Polícia Federal já concluiu as investigações sobre a máfia dos bingos e seu relatório, que deve ser apresentado nos próximos dias, é “pesadíssimo”. O fato de o ministro ter sido excluído de uma ação não quer dizer nada, avaliam. Eles asseguram que Greca não se safou, mas se enredou ainda mais.

A mesma informação também foi divulgada por um dos mais respeitados colunistas do País. Na última quinta-feira, Ricardo Bocchat, de O Globo, noticiou sobre a conclusão do relatório quanto ao favorecimento aos bingos e afirmou que o ministro Rafael Greca e alguns assessores aparecem em má situação no inquérito.

O fato é que tal resultado estaria muito além da “perseguição de adversários políticos e do jogo organizado” que o ministro se diz vítima.

O cargo por um fio

As graves denúncias envolvendo Rafael Greca de Macedo começaram no ano passado, através do ex-presidente do Indesp, Manoel Tubino, que o acusou de ser “avalista” das irregularidades do instituto na autorização de bingos pelo País e de manter em sua equipe pessoas suspeitas de comandar as supostas fraudes. Desde então, o ministro vem tentando manter-se no cargo, no qual só ainda estaria em função das comemorações dos 500 anos do Brasil.

Como divulgou IstoÉ, na edição de 09 de fevereiro, Greca já perdeu até mesmo o apoio dos caciques do PFL e foi aconselhado, inclusive, pelo presidente do partido, Jorge Bornhausen, padrinho de sua indicação para o Ministério, a deixar o governo e ir se defender no Congresso.

A propina que a turma da jogatina garante ter feito a assessores e lobistas ligados a Greca, como também informou a revista de circulação nacional chega a consideráveis R\$6,5 milhões.

O ministro é acusado, ainda, de “ilícito grave” na assinatura de convênios do Indesp com prefeituras, que teriam sido firmados com base em “critérios políticos”. Em 99, o instituto totalizou acordos na ordem do R\$64 milhões.

Não escapa das críticas nem mesmo do ex-ministro de sua pasta, o Rei Pelé, que o acusou, esta semana, pela redação “confusa” da medida provisória que proíbe a participação de empresas na administração de mais de um clube de futebol, além de já ter afirmado anteriormente, no programa Bola na Rede, da Rede TV!, que existem irregularidades quanto aos bingos e Greca está envolvido.

E o ministro insiste em manter-se no poder!

Atos da Diretoria Geral:

O diretor geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e atendendo determinação da Comissão Executiva deste Poder,

R E S O L V E :

ORDEM INTERNA DE SERVIÇO

comunicar aos MÉDICOS desta Assembléia Legislativa, que a partir de 01 de abril próximo, o horário de atendimento será das 13h00 às 17h00, com assinatura de livro-ponto na entrada e saída.

ORDEM INTERNA DE SERVIÇO

comunicar aos FISIOTERAPEUTAS, FONOAUDIÓLOGOS E PSICÓLOGOS, desta Assembléia Legislativa, que o horário de trabalho a partir de 01 de abril próximo, será das 13h00 às 18h00, com assinatura de livro-ponto na entrada e saída.

Gabinete da Diretoria Geral, em 27.03.2000.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

Atas de Comissão:

COMISSÃO DE REDAÇÃO 2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Ao primeiro dia do mês de março do ano de dois mil, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado Cesar Seleme. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o deputado Antonio Baratter apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 410/99 e 557/99 e o senhor deputado Luiz Carlos Zuk aos Proje-

tos de Lei nºs 604/99, 618/99, 650/99 e 651/99, que foram aprovadas sem observações. Nada mais a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA
ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quinze dias do mês de março do ano de dois mil, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado Cesar Seleme. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o senhor deputado Plauto Miró apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 645/99, 02/2000, 03/2000, 09/2000, 20/2000, 21/2000, 27/2000 e 41/2000 que foram aprovados sem observações. Nada mais a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA
ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e um dias do mês de março do ano de dois mil, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comis-

são de Redação, sob a presidência do deputado Cesar Seleme. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o senhor deputado Antonio Baratter apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 330/99 e 637/99, que foram aprovadas sem observações. Nada mais a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA
ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e dois dias do mês de março do ano de dois mil, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado Cesar Seleme. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o senhor deputado Luiz Carlos Zuk apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 177/99, 420/99, 015/2000, 043/2000 e 44/2000, que foram aprovados sem observações. Nada mais a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária